

Vida Contemporânea

REVISTA MENSAL

DIRECTOR: CUNHA LEAL

SUMÁRIO

Saudemos o verão.

*VIDA CULTURAL : Ensaio de compreensão
da alma heróica* Gustavo de Freitas

*Um interessante caso jurídico de homicídio
involuntário* Albano Moncada

Novas directrizes da criminologia. Guy de Oliveira

*VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA : A
nova fase ideológica de Georges Va-
lois* Cunha Leal

VIDA COLONIAL : Cabo Verde José Lopes

*VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA : I. O Lu-
xemburgo – II. Fontainebleau.* Abel Salazar

*VIDA INTERNACIONAL : Política Interna-
cional e Política Naval* Cesar Ferreira

A
D
M
I
R
E

E
S
T
E
S

D
E
N
T
E
S!



São tratados com a

PASTA BENAMÔR



CUSTA APENAS 3\$00

A que tem maior per-
centagem de elemen-
tos activos. Basta uma
pequena porção para
a perfeita limpeza e
conservação dos
dentes.

A mais poderosamente
antiséptica.

A mais económica.

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIAS: R. Cidade da Horta, 49, 1.º LISBOA — PORTUGAL — PREÇO 5\$00 —	REDACTOR PRINCIPAL Vasco da Gama Fernandes CHEFE DE REDACÇÃO Álvaro Machado EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO Victor Júdice da Costa ADMINISTRADOR António Casanovas Augustine	COMPOSTO E IMPRESSO — NA — Imprensa LUCAS & C.ª R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61 — LISBOA —
---	---	---

Saudemos o verão

Ei-lo que acaba de chegar — o verão — com seu sorriso duma ironia causificante. Traz em seus flancos fecundos a promessa de dias de um calor tórrido que a maioria dos homens, suando e tressuando, se encarregarão de amaldiçoar com tôdas as pragas do seu reportório de indignações. Deixando-os desabafar à vontade, o verão, seguro da sua alta função criadora, continuará a derramar pela face encarquilhada da terra ondas de energia vivificante de que brotarão benefícios materiais incalculáveis. E, lá com os seus botões, o verão dirá, porventura: vá, resmunga, velho homem impaciente, que queres «sol na eira e água no nabal» e cuja suprema fôrça reside precisamente nessa insatisfação de espírito que te leva a querer substituir o péssimo pelo mau, o mau pelo bom, o bom pelo melhor e o melhor por outro melhor que seja sempre melhor do que o melhor anterior, sem que alguma vez chegues a atingir o óptimo dos óptimos!

Nunca houve, nem nunca haverá unanimidade nas predilecções da espécie humana no tocante ao mais alto como ao mais insignificante dos aspectos da vida universal. Não admira, por conseguinte, que também a não haja no que diz respeito às estações do ano. Há quem adore o inverno na qualidade



de excitador da sua capacidade de acção. Há quem prefira a «patifa» da primavera quer pelo contraste com o frio hibernal para êsses tais desagradável, quer ainda pela explosão, durante ela verificada, das forças genéticas da natureza. Há quem, como nós, adore o outono, com suas tardes de melancólica suavidade, com os seus dulcíssimos poentes propensos aos longos devaneios da imaginação que se compraz por vezes em fugir ao «controle» da inteligência, já que esta leima em assumir permanentemente o papel de perceptor rabujento. O próprio verão escaldante tem a sua coorte de admiradores entre os esfarrapados cujos corpos andam gretados pela injúria do frio invernos e cujas almas andam ulceradas pela injustiça dos outros homens e do destino. Para os últimos, o verão é a camisola de lã, o fato e o cobertor e é ainda o fruto arrancado, às furtadelas, da propriedade alheia, sem que, mercê da fartura das árvores pródigas, o dono se dê conta da obra de caridade em que, involuntariamente, colaborou; é, em suma, o pai carinhoso que dá tudo sem nada pedir, numa abnegação que nem tem parêntesis, nem tem nódoas, a-pesar-das periódicas interrupções de presença do sol e das manchas este-reotipadas na sua face.

Ao reflectir em tudo isso, não podemos deixar de admirar o sábio, o providente desgrenhamento da natureza que jamais fêz duas coisas iguais, embora a tôda a hora esteja fabricando coisas parecidas a que os homens chamam coisas da mesma espécie. Alterna a mobilidade das águas com a relativa fixidez das terras, a revolta das montanhas com a submissão das planícies, a secura com a humidade, o frio com o calor, a calmaria com a tempestade, a bondade com a maldade, a virtude com o crime. E é dêstes desnivelamentos potenciais que resulta o movimento, isto é, a vida. Se algum dia a igualdade fôsse atingida na terra, operar se ía a transformação definitiva do nosso planeta em vasto cemitério recoberto por uma lápide funerária de gêlo.

No estado actual das coisas, os homens entredevoram-se como canibais, mas reproduzem-se como coelhos, surgindo no plasma amorfo de cada nova ninhada ou geração larvas de gênios e larvas de imbecis que são outros tantos polos positivos e negativos das pilhas humanas. E êstes desnivelamentos naturais, amplificando os que as sociedades estabelecem artificialmente, ou compensando-os consoante as circunstâncias, geram períodos de efervescência e épocas de esgotamento, ânsias irresistíveis de ascensão entre os desfavorecidos e neurastenias ocasionadoras de decadências individuais e familiares entre os animados à nascença pela sorte. É por virtude de tais desigualdades

que as praças públicas se encham de agitação e de ruído e que, por detrás das mudas fachadas do casario enigmático, almas inquietas, revolvendo-se sobre si próprias, como um cilindro sobre o cascalho ainda não ligado duma estrada, arquitectam planos de acção que ora conduzem a actos heróicos, ora redundam em actos criminosos. E tudo isto é, simplesmente e prosaicamente, a vida!

Mas revertamos ao verão que já vai um pouco esquecido. Cá o temos, pois, pimponaço e novinho em fôlha sem guardar vestígios das suas existências anteriores, nem mostrar cansaço pela repetição excessiva e monótona dos seus ciclos vitais, ou seja, pela persistência testaruda em nascer ou morrer para, nove meses volvidos, renascer e, após três meses, tornar a morrer. Quem sabe se, como crêem certos asiáticos, aos homens não sucederá o mesmo, reencarnando-se as suas almas em novos corpos até que, atingida a perfeição, elas possam mergulhar voluptuosamente no nirvana, isto é, na corrente anónima e inconsciente da vida universal, como sucederá às fases do ano quando o sol se apagar! Nós, os ocidentais, somos, porém, excessivamente ambiciosos e em cada nova encarnação quiséramos ter consciência das nossas existências anteriores. É que temos dentro da intimidade do nosso sêr o instinto da continuidade consciente, não havendo maneira de nos podermos conformar com certas discontinuidades, se não maléficas, ao menos incómodas.

Pois o verão dêste ano de 1935, como o de todos os anos incontáveis que o precederam, não cura de averiguar das suas andanças estivais anteriores. O que lá vai lá vai — diz êle, encolhendo filosoficamente os seus ombros juvenis. E, descuidadamente, com graciosa naturalidade, logo pela manhã, vá de derramar sobre a terra a luz melodiosa da aurora, que desperta no arvoredo os trínados das avezitas saltitando por entre a ramaria e enxuga nas folhas das plantas e na epiderme da terra o orvalho pacientemente depositado durante a noite. Depois, o verão, erguendo o sol pelos cabelos, fá-lo subir pelo horizonte em curva graciosa de modo a dar aos homens uma sensação de calor, ao princípio voluptuosa e depois excessiva e impertinente. E, quando os homens começam a dar ao demo a brincadeira, ei lo que, dando no sol um pontapé de futebolista consumado, o encaixa, sem nunca perder o «goal», lá ao longe nas rêdes que, confusamente, se adivinham no horizonte. E então vem a doçura do crepúsculo, instante fugaz do dia, e, logo a seguir, surge a noite, umas vezes imaterializada pela luz leitosa da lua, outras vezes abafada sob o manto soturno e opaco da escuridão, a noite cujo silêncio morno é cortado por sussurros e ruídos indefiníveis e durante a qual o homem sente

perpassar pela espinha dorsal um arrepião de mistério e de medo — medo daquilo que o rodeia e sobretudo medo da incógnita que cada um de nós é para si mesmo. Nessa altura, o verão convida-nos a refugiar-nos no sono, como um cobarde pode esconder-se dentro dum abrigo protector.

Indiferente às paixões e aos comentários que suscita, o verão vai realizando a sua sempiterna tarefa. Sob o seu influxo benéfico, alouram-se as searas e amadurecem os frutos para que a fome não entre nos lares dos campesinos.

E, quando sente que a hora do seu trespasse soou no relógio falídico e inexorável do tempo, o verão não tem um vislumbre sequer de revolta. Já vai então assaz amortecido o fogo dos seus dias de plenitude. Por isso morre suavemente, insensivelmente, para dar lugar a outra estação igualmente benfazeja, mas mais amável e crepitante do que êle. Assim dizem ser a morte dos justos, convictos, de que em vida trataram com bondade os seus semelhantes.

*

Isto chama-se, porém, antecípar os factos. O verão não está ainda em transe de dar a alma ao Criador. Pelo contrário, foi parturejado há poucos dias, se bem que, mal vestido ainda com suas galas e louçanias, já tenha chamado a capítulo a deusa Ceres para que trate de limpar a velha cornucópia e de a encher com a clássica abundância de que nos fala a mitologia. E a deusa lá anda atarefada, como boa dona de casa, para ver se, a tempo e horas, apresenta o traste limpo e bem atestado de fartura. Ainda nem sequer os banhistas se aprestam para mostrar junto às salsas ondas os vestígios da cobertura pilosa dos seus bons avoengos, nem as banhistas apalpam as rijas coxas, a ver se estarão em forma.

Saudemos, pois, o verão que começa e não pensemos em morte enquanto há vida. Salvé, pois, verão, que és sempre amigo, ainda quando te entretens a tostar-nos a pele! E oxalá a tua carreira seja desta feita auspiciosa para regalo e contentamento de todos nós, teus subditos agradecidos, embora resmungões!



VIDA CULTURAL

Ensaio de compreensão da alma heróica

Por GUSTAVO DE FREITAS

HISPANIA.
HISPANIA HERÓICA.

Meditando as palavras de Philippe Barrès sôbre *Les jeunes filles devant la mort* mais uma vez me acudiu esta idea : a de que os povos têm sexo (o que talvez já fôsse dito) — e, mais particularmente, que Portugal e Espanha são povos femininos.

À primeira vista parece, ao contrário, que povo feminino será, por exemplo, o francês, mas nunca o hispânico. De facto, o gaulês tem algo de feminino, mas dum feminino exterior, constante mas accidental, mas pròpriamente senhoril, isto é, não essencial da *femina*, mas trazido pela vida social, a educação e os costumes, não original, mas adquirido : certa amabilidade, certo sorriso, certa dissimulação e até certo bom-senso de dona de casa. (O que, aliás, não impede uma varonil coragem e grandes e simpáticas qualidades).

A feminilidade do hispano, porém, é de outra ordem : mais profunda e mais nobre e também com mais graves defeitos ; e traduz-se na vibratilidade, a impulsividade, a facilidade de exaltação mística, a inconstância, que se volve por vezes (raras vezes...) em teimosia inabalável, o preguiçoso fatalismo de par com a mais rasgada audácia, o gôsto da aventura, o espírito de sacrifício, a profunda humanidade e o *poder maternal*, a aptidão para gerar na sua outras vidas, ou seja, o génio criador — o génio criador, *aquella vocación creadora, aquella secreta inquietud de embriagada maternidade*, como dizia Eugénio d'Ors falando da Condessa de Noailles.

Audácia e tendência aventureira, propensão mística, espírito de sacrifício, humanidade e génio criador, — eis o elemento do heroísmo, que poderia mesmo definir-se com essoutra frase de d'Ors : *las ganas locas de aumentar el valor del mundo*.

Ora, que nota Philippe Barrès, apoiado por Marthe Oulié, nas raparigas do *après-guerre* ?

O sentido heróico e criador, *le voeu d'échapper à la mesquinerie*, a audácia de voar e vencer, a ânsia de sacrificar-se para criar — «dar la vida, nutrir, transfundir-se en lo nutrido...» — o amor da vida com desprêso da morte e o amor do humano; — digamos : Heroísmo.

«*Uma única coisa* — escreve Marthe Oulié — *é segura e digna de alcançar-se : dar por uma vez a medida de si própria no isolamento moral, fazer alguma coisa de novo, de belo, de difícil, de tão belo que projecte uma luz magnífica sôbre a vida toda*».

Heroísmo, heroísmo !

Heroísmo que, se agora se revela em formas activas e visíveis, desde sempre existiu na alma da mulher, escondendo-se ou só aparecendo em gestos obscuros.

O português e o espanhol que outra coisa fizeram através da História senão, dum lado, mostrar femininos defeitos — impulsividade, inconstância, preguiça, etc. — e, doutro lado, resgatar êsses defeitos arvorando em guia e norma o Heroísmo?

Os descobrimentos, as conquistas, a colonização — são grandiosos gestos heróicos. A única epopeia dos tempos modernos é a epopeia que os hispanos levantam pelo mundo, de quinhentos a setecentos. Daí que em Portugal e Espanha brotam os dois únicos modernos poemas épicos geniais : o *Quixote* e os *Lusiadas*. Para mim o *Quixote* é um poema épico, em que a epopeia é, não declarada, mas implícita. E que não pareça escandaloso chamar ao *Quixote* um poema épico. Claro que o não é quanto à forma literária, nem mesmo o seria na intenção de Cervantes. Porém a obra de arte pode ter uma significação — e uma consequência e influência — que não tenham estado na vontade do autor. A imagem do colectivo, que vem reflectir-se na sua alma, pode passar para a obra, até sem que êle se aperceba. Parece-me que importa menos saber o que se propos Cervantes (e que de tempo e esforço gastos em averiguá-lo — só não perdidos porque todo o contacto com o génio é proveitoso), que aquilo que êle fêz, o conteúdo dessa maravilhosa novela, que, sendo novela, é epopeia, porque no magro e louco fidalgo manchego está retratada toda a Espanha heróica — está a epopeia da Espanha. E Sancho é o «velho do Restelo» castelhano. Na distinção entre um e outro e na diferença da sua acção — um, o segundo, accidental e logo desaparecido, o outro, Sancho, constantemente presente — está a dissemelhança dos dois países : em Espanha o espírito prático, burguês, mediano, sem conseguir vencer o quixotismo, adquire, contudo, uma extensão e um poder muito maiores do que em Portugal. (Talvez seja êsse o motivo da eliminação do maravilhoso, que Menendez Pidal aponta na literatura castelhana, concomitante com a sua persistência em Portugal). Daí também que do lado de lá da fronteira a modorra não seja depois tão espessa como à beira do Atlântico.

Mas se o carácter épico do *Quixote* é implícito, os *Lusiadas* são abertamente uma epopeia que, como notava Storck e repetia D. Carolina Michaëlis, canta, não um herói, como os poemas da antiguidade, mas todo um povo. Porque o povo português, a nação portuguesa é uma unidade real, com sentimento e vontade, ainda quando obscura e guiada pela inteligência dos chefes ; — e porque êsse povo uno é — heróico.

O Heroísmo aqui é nacional. E êste Heroísmo é bem manifestamente o que individualiza Portugal no concôrto nas nações.

Portugal? Portugal e Espanha. Portugal e Espanha, a Península, a Ibéria, a Hispânia, unem-se e comungam no mesmo ideal heróico.

PORTUGAL E ESPANHA.

E que me não censurem esta união de Portugal e Espanha num todo espiritual.

De facto, sob êsse ponto de vista, as duas nações identificam-se.

Elas são, creio, formadas da *mesma massa humana*, se me permitem a expressão. Fundamentalmente, o seu génio é uno, o seu carácter igual, e sobretudo pelos seus defeitos, os mesmos nesta e naquela; em ambas palpita, escondida, potencialmente, sob semelhantes carapaças de escórias e aparências, a mesma vida profunda, o mesmo signo heróico, que tem as suas raízes na lonjura dos séculos.

Quere isto dizer que eu assimile esta fraternidade espiritual a fraternidades políticas, a uniões territoriais, sequer a alianças ou federações? Não. Portugal é uma nação *para sempre* independente das Espanhas, independente em absoluto. Mas esta dualidade nacional na Península não provém, essencialmente, de diferenças étnicas ou espirituais, nem muito menos de distinções geomorfológicas (que, existam ou não, só muito accidental e superficialmente podem influir no alheamento português duma comunidade ibérica).

Esta indestrutível independência da nação portuguesa assenta sôbre uma inapagável realidade histórica sempre presente e viva.

E resolve-se em dois conceitos: a clara diferenciação do nosso destino histórico (atlântico) — e a vontade nacional que poderíamos, à maneira de Benda, definir como «a vontade dos portugueses de ser uma nação».

A primeira pertence ao campo das realidades políticas e pode projectar-se por alguns pontos de referência: aliança inglesa, império colonial, etc.

A segunda é talvez uma verdade metafísica, mas inegável, e mais que nenhuma outra historicamente demonstrada. Se em plena Idade Média pode encontrar-se algum país europeu em que o sentimento nacional e a idea de nação, a noção de comunidade independente, englobando clero, nobresa e povo num todo autónomo, se verifiquem numa realidade — é em Portugal. Tôdas as idéas políticas e jurídicas da época, o sistema de feudalidade, o apartamento do terceiro estado da vida política, a origem divina do poder real e a legitimidade hereditária, a relação entre o senhor e o território, todas desaparecem sob uma profunda espontânea e magestosa *vontade nacional*. Com o conde D. Henrique, com D. Teresa, com Afonso I, o sentimento nacional está tão fêrreamente ligado à alma dos chefes e dos barões como se uma evolução de séculos o houvera preparado. Mas é após a morte de D. Fernando que êsse sentimento se mostra enraizado na alma do povo e dá de si insuspeitados frutos.

Portugal é uma nação porque Portugal *quere ser uma nação*. E esta vontade

tão profunda e tão firme, estruturada no mais íntimo da alma portugêsa, na essência do nosso ser, é inabalável, incorruptível e superior a todos os parentescos, afinidades e identidades de sangue ou de espírito. Porém não impede nem nega essas identidades.

Podemos, por isso, sem equívoco, falar dum *heroísmo ibérico* ou *hispanico*.

CONSCIÊNCIAS.

Ou, vertendo ao pedantesco (e movediço!) mas talvez proficuo:

Pode, em relação ao «interhumano», negar-se a existência dum «subconsciente» amarelo (asiático), — ponhamos por exemplo — ?

Ora creio que, não só relativamente ao «interhumano», mas ainda ao «intereuropeu», não é duvidoso um sub «subconsciente» peninsular. O qual, para mais, acaso, — como pretende filosóficamente (quere dizer, extraíndo daí uma fórmula psicosociológica, e sobretudo ética, e ainda política, que ética é,) Benumeya (e como, só analítica, científica, ou pseudocientificamente — isto é, etnográfica, geograficamente, etc. —, pretenderam outros) —, e num sentido inverso, sôbre uma mesma constatação de facto, ao de Pompeyo Gener — ; — o qual «subconsciente» peninsular, acaso, e para mais, dizia teria raízes aquém e além do Estreito, no europeu e no berbere ; — e não como um compromisso, mas como uma terceira unidade autónoma, não-europea, não-africana. (Que excepcionalmente dotada para a recepção do arábico e o que por êle vinha, obraria, e seria ela mesma, entre tôdas as sínteses ocidente-oriente, a mais autêntica, a mais una, a única verdadeiramente síntese, e não simples interpenetração).

Mais duvidosa uma «consciência» peninsular, algum dia. Mas, uma ou várias, da interferência ou esmose entre ela ou elas e a peninsular «subconsciência» (osmose espontânea, natural, lenta), surgiu um — e aí o essencial — «sobreconsciente» hispanico. («Sobreconsciência» no sentido de o *eu* afectivo e espiritual, transcendente e íntimo, real e idóneo, diferenciado e diferenciador, — e de participação angélica, como pretenderia o culto e subtil Octávio de Romeu, o católico e barroco Eugénio d'Ors...) Que poderíamos figurar como um átomo. E no núcleo o próprio Heroísmo, no seu mesmo ser. E, como electrões planetários, os atributos dêle Heroísmo. Acentuada a síntese na faxa atlântica num sentido ou mais lírico, terno, triste, de cambiantes mais variadas mas esbatidas nas transições — ternas... (O que a própria língua, no som e no ritmo, documenta). E na meseta em dramatismo também o idioma logo mostra). E no catalão em burguesismo — algo de francesismo (de substância de francesismo, não de superfície) ou democrático-europeismo. E no andaluz... Mas adiante, que já o veremos.

Ora, porém, eis que, mirando ao sul e ao mar vasto, uma «consciência» portuguesa se forma. A «vontade de ser nação». Com o «destino atlântico». — «Consciência» plena. Para a qual não bastou a diferença de matiz, mas foi mister êsse iniludível acto moral de auto afirmação completado e estruturado por um rumo próprio. Cuja evolução — e incrustação — histórica lhe deu a definição precisa e o ser in-

destrutível, ao mesmo tempo que a volvia em peculiar cultura. «Consciência» plena, sim.

Enquanto, do outro lado, há, decerto, uma «consciência» espanhola, mas só plena no centro (centro geográfico e moral) nas Castelas, — enfraquecendo para a periferia, porque entra em conflito com as «hipoconsciências» catalã, basca, galega... É tal o conflito que por pouco essa «consciência» não era apenas uma (os termos são imperfeitos...) «supra-consciência política» ou «personalidade jurídica» (ligação no género federal, anfictionico ou hanseático). Graças a dois movimentos, aliás de certo modo antagónicos, da acção castelhana — a saber: duma parte, uma centripetia absorvente, um imperialismo dominador; doutra parte, uma, a um tempo, ecuménica e usurpadora espanholização de mitos meramente castelhanos pela origem, indubitavelmente hispânicos ou ibéricos pelo significado (Cid, Quixote...)

Donde teríamos: uma «subconsciência» *peninsular*, uma «sobreconsciência» (personalidade — digamos: inata ou psíquica) *hispânica*, — uma «consciência» (personalidade — digamos: adquirida ou moral) *portuguêsa*, — e uma «consciência» *espanhola*, sôbre várias «hipoconsciências» apenas mais que regionais.

Donde se vê a unidade insofismável duma civilização hispânica, e a legitimidade irredutível duma existência e duma cultura portuguesa.

E donde ainda: que tôda a suposição de união política, ou à roda do político, só serviria a fragmentar a hispânica sobreconsciência — e seria, sôbre um crime contra a consciência nacional de um ou outro ou ambos os povos, uma traição, à personalidade — à civilização — hispânica ou ibérica.

Podemos, pois, sem equívoco — repetimos — falar dum hipanismo ou iberismo não é verdade?

HISPANIA MATER.

Para que o esfôrço heróico dos descobrimentos seja possível, é necessária uma longa fermentação das qualidades heróicas na alma da nação; é necessário que essa alma fôsse já de jeito heróico; que fôsse, volvamos, uma alma feminina.

* * *

O. V. de L. Milosz publicou recentemente um artigo, precedendo livro em que o assunto virá nitidamente estudado, sôbre «les origines ibériques du peuple juif».

Baseado em investigações de longos anos e numa engenhosa análise filológica, Milosz apresenta a hipótese de terem sido os iberos os primeiros habitantes da terra e de ter sido a Península Ibérica, precisamente a Andaluzia, e Éden bíblico — o berço da humanidade.

ANDALUZIA — ÉDEN.

Não sei do valor das razões científicas que fundamentam e advogam a hipótese de Milosz.

Mas, ainda que ela não constituísse uma verdade científica, nem por isso deixaria de ser para mim uma verdade da ordem daquelas a que Emile Henriot chamou « verdades poéticas », « verdades de sugestão, que não se provam, mas se sentem e que se impõem à sensibilidade com evidência imaterial de um calor ou dum perfume », verdade de síntese, que a intuição colhe.

E como conhecer doutra forma da verdade duma Andaluzia que é ela-própria essencialmente poética ?

Aquele que já experimentou o feminino poder de sedução da Andaluzia sabe que ela « es el triunfo de los valores eternos sobre los pasajeros y mudables », como José Maria Peman se compraz em repetir ; e sente que só ali, na Andaluzia da eterna e infinita humanidade, podia ter sido o Éden bíblico.

De tôda a Hispania feminina é a Andaluzia a mais feminina ; por isso o seu dom divino de seduzir, encantar e tudo absorver e refazer à sua imagem e semelhança.

Talvez nenhuma terra e nenhum povo neste vasto e breve mundo tenha tal força de personalidade ; e nenhum tal sentido universal. É que no mais profundamente pessoal está o mais largamente humano. A *Divina Comédia*, o *Quixote* ou os *Lusiadas*, obras universais, são as obras do Dante, do Cervantes e do Camões, e não podiam ser de outros ; pessoalíssimas e tão universalmente humanas que pertencem ao mundo todo. Os cosmopolitismos de Blasco Ibañez, como as banalidades do Sr. Dekobra ou do Sr. Vautel não resistem, nem no tempo, nem no espaço, a um bocejo. Parece que nas profundezas da individualidade se ganha o sentido de compreensão e solidariedade humana que vem, quiçá, da comunidade da espécie, e o da compreensão e solidariedade cósmica, que vem, talvez, do inicial toque da graça divina.

Na Andaluzia os homens e as flores, o sol e o ar, guardam latente uma vibração de Beleza e de Vida que é uma síntese artística da Vida Universal e da Universal Beleza.

A ciência geral nas suas conclusões, que se entendem e verificam nos trópicos e no polo ; mas limitada forçosamente no alcance e na extensão das suas verdades, — limitada no tempo, porque elas são provisórias, limitada no espaço, porque são parciais. Só a Arte logra definir as verdades universais e eternas, porque a sua via não é a da experiência e a da razão, mas a da intuição luminosa e criadora. O espírito andaluz é o menos científico de todos os espíritos, mas o mais artista. Não pelos monumentos andaluzes, ou os pátios floridos, nem sequer pelas telas do sevilhano Velásquez, — mas em si próprio, na sua própria forma.

Há duas maneiras de ser artista : criando a obra de arte — ou deleitando-se nela. Mas, neste segundo modo, só pode considerar-se artista, não o mero espectador, mas o que, amando a obra de arte, adere a ela, a compreende e recria no seu espírito, a goza confundindo-se nela, *interpretando-a*.

O artista-criador olha a vida e nela intui a obra de arte, que não é uma cópia do natural, mas uma recriação ou interpretação do natural. O artista intérprete mira, não directamente à vida, mas à obra de arte, que contempla integrando-se nela, — e a sua emoção estética nasce da interpretação que assim, por sua vez, êle faz da obra de arte.

Se quizessemos um exemplo concreto, poderíamos encontrá-lo no autor dramático — o artista, e no actor — o intérprete. O espectador, porém, também é artista, quando realiza em si e para si a obra do actor: entra no âmago da peça, assimila e refaz a essência dela, — a interpreta.

Actor, intérprete, o andaluz é estruturalmente artista; na sua alma vive a tendência artística, a potência artística, uma imanência artística. O andaluz é aquele que intuitivamente adere à beleza — e êsse é o artista.

Mas o andaluz toma para objecto da sua interpretação estética não só as obras de arte, mas a própria vida — nisso difere do actor e do espectador. É que o andaluz considera a vida em beleza, embebe-se dela artisticamente, — vive a vida a um tempo humana e esteticamente, arranca dela perene emoção estética. Por isso o andaluz busca na vida os seus aspectos amáveis — as flores, as mulheres, a conversa — literatura viva —, ou os seus dramas com conteúdo artístico — o amor, o ciúme trágico, a morte na arena.

Por tudo o mais — o trabalho monótono, apagado e medíocre — o andaluz passa sem atentar, com uma indiferença que não é olímpica porque é feita, não de desprezo orgulhoso, mas de paixão amorosa e total pela outra vida: a da beleza.

Daí a sua alegria.

Não há alegria verdadeira sem a despreocupação dos bens materiais, sem o ascetismo, que é uma renúncia do accidental, mas não do eterno, — neste caso do económico, mas não da vida.

A alegria do andaluz é profundamente humana, e provém do contacto permanente da beleza. Porque vive em artista, como artista se alegra de toda a beleza que encontra na vida.

Mas na beleza há a harmonia pura, emotiva mas fria, friamente emotiva. E há na beleza — sôpro incoercível e misterioso da vida — a graça, o sal, o tempêro.

Na beleza andaluza — como na cozinha andaluza — o tempêro tem um lugar primacial; êle é talvez mesmo excessivo, por vezes; — por isso na beleza andaluza à majestade clássica se substitui o encanto lírico, o sabor delicioso.

Não é uma beleza masculina — é uma beleza feminina.

Keyserling, que, no ensaio sobre a América, defendeu a tese de que a cozinha indica o grau de civilização e o carácter dum povo, podia encontrar a contraprova da sua teoria na cozinha andaluza — cozinha de tempêro, cozinha refinada de gosto apurado e reforçado...

Esta graça andaluza, êste sal andaluz — subtil, perturbador — está nos vermelhos cravos sevillanos, no sol de Málaga, nos pátios azulejados, no sorriso das coizas, — mas sobretudo na linguagem e no gesto, na linguagem e no gesto das mulheres...

O Telémaco de John dos Passos encontrou o sêgrêdo da alma espanhola (eu diria da andaluza) no gesto de Pastora Império. Encontrou-o e não pôde defini-lo. É indefinível, porque é a mesma graça, sinal e símbolo da alma andaluza. A gente agarra-o com as mãos ambas, como o Arlequim de Almada Negreiros fazia à alegria, e depois olha as mãos e não tem nada, como as pobres mãos do pobre Arlequim.

Êsse gesto subtil e incoercível, êsse gesto-espírito, rápido, multimodo e cadenciado, é a verdadeira correspondência da música andaluza, viva, alegre (alegre com profundas melancolias) e requebrada em curvas finíssimas e fugidias. Correspondência da música e também da linguagem — um falar musical, poético e pictórico, de imagens e de metáforas, em que a imaginação e a graça voam num ritmo estonteante.

No gesto, na palavra e na música — na música poética, no gesto musical, na palavra musical e poética — se exterioriza a essência poética da alma andaluza. Assim o andaluz ilustra e prova aquela definição que Carlyle deu da poesia e me parece perfeitamente sintetizar todas as modernas estéticas — o musicismo de Royère, a teoria do ritmo por que Lefèvre combate, a filosofia da quantidade de Ghirka, o sistema da poesia pura do abade de Brèmont — a poesia é «pensamento musical».

Assim, enquanto o meridional e o sul americano mais amam a eloquência, o andaluz, a quem a oratória repugna, ama o cavaco — a conversa salpicada de ditos agudos, subtís, engenhosos e graciosos, a conversa temperada com o sal da graça, em que as próprias banalidades se enriquecem de encantos e sugestões poéticas, em que as palavras têm perfume e sabor...

Esta predileção aparece em quâsi todos os cantares em que a namorada celebra a agudeza e a graça do namorado:

Nas *trianerías*:

«Trianeria,
Las que salen de su boca,
Trianeria,
Que a cualquiera vuelven loca
Trianeria».

Nas *peteneras*:

«Cuando me veo perdía
Sin saber que contestarle
Y no tengo una salia,
Me salgo por peteneras
Que es cosa muy socorria».

E, vivendo assim em graça e beleza, o andaluz, essencialmente, não ama o trabalho.

Cada acto heróico mede-se pelo seu desprêso de qualquer bem exterior, já dizia Emerson.

Quando o homem trabalha, monòtonamente, agarrado à maquina, repetindo interminamente os mesmos automáticos movimentos, fá-lo para conquistar bens exteriores — o confôrto, o progresso, a riqueza — a riqueza um pouco, ou um muito do supérfluo e do superficial...

O andaluz não ama êsse trabalho; o andaluz, fundamentalmente, não é trabalhador — porque o trabalho só lhe interessa ou na medida em que basta a assegurar-lhe a manutenção da existência ou na medida em que representa para êle uma criação com deleite espiritual.

Os estrangeiros têm em geral focado esta facêta da alma andaluza, exageran-

do-a, quiçá, e exagerando, também o seu pitoresco, — contra o que os andaluzes repetidamente protestam. . .

*Mas no êrro vai sempre a verdade — nisso tem razão Croce.

O êrro dos viajantes estranhos está em não verem senão como defeito ou paisagem (paisagem é superfície. . .) o que, ao mesmo tempo, corresponde a algo de profundo e de profundamente nobre.

O andaluz é capaz de produzir trabalho útil ou de progredir economicamente, mas êsse trabalho não o ama como *fin* ou mesmo como via para um acrescentamento de bens terrenos.

Há aqui no andaluz, talvez, quanto ao trabalho, um preconceito erróneo; mas êsse prejuízo pode ser o germe duma futura dignificação do trabalho.

O trabalho é para o andaluz algo de acidental e impeditivo, limitador. Porque o que o andaluz pretende é viver a vida em beleza, é penetrar no âmago da vida e haurir dela, tôda, tôda a beleza que ela contenha. E' um ansêio de totalidade, de universalidade.

Dêste diferente conceito da vida e do trabalho nasce o diferente conceito que o andaluz tem do divertimento.

Todos os homens de todos os povos se divertem; — mas o divertimento é nelles a «détente» necessária do músculo e do espírito — a desforra do esforço de antes ou a hora de prazer que melhor prepara para o trabalho do dia seguinte.

Descansar para trabalhar outra vez, como o arrieiro dizia a John dos Passos. E acrescentava: *no es vida para un hombre*.

E' que o andaluz ama a festa em si mesma, porque encontra nela uma das formas da essência da vida. Não busca no divertimento uma compensação ou um atordoamento, mas nele o seu espírito e o seu coração mergulham na Beleza — na Beleza que êle tem por guia e escopo da vida, — obedecendo à bela exortação de Eugénio de Castro:

«Murmúrio de água na clépsidra gotejante,
Lentas gotas de som no relógio da torre,
Fio de areia na ampulheta vigilante,
Leve sombra azulando a pedra do quadrante,
— Assim se escoo a hora, assim se vive e morre».

«Homem! que fazes? para quê tanta lida,
Tão doidas ambições, tanto ódio e tanta ameaça?
Procuremos sòmente a Beleza, que a Vida
E' um punhado infantil de areia ressequida,
Som de água ou de bronze e um murmúrio que passa».

O andaluz vai à festa como se fôra ao mais profundo da vida — a um rito amado que o espírito, não só contempla, mas a que adere.

E é só ao que o andaluz adere: à Beleza. Êle é assim o mais próximo de *l'homme qui n'adhère a rien*, como Panait Istrati, num belo grito de revolta, o ideou e definiu.

Não, o andaluz não adere ao mais, não se deixa escravizar do trabalho nem de nenhum bem exterior; nele creio bem que persistirá, nesta vaga mundial de obediên-

cia e anulação da personalidade, a semente única da liberdade do indivíduo frente à massa e à máquina e frente a si mesmo — aquele *grau de liberdade do espírito*, que proclama Paul Valéry.

O andaluz zelosamente guarda a sua liberdade de espírito para ver, intuir, interpretar e gozar a Beleza. Mas êste culto do individual não é solipsismo nem egocentrismo; — ao contrário, o andaluz é o mais sociável e social dos homens.

De alguém ou algo triste êle diz: *es más triste que la una*. Porque a *una* é só, não tem companhia, e nada há de mais triste para o andaluz que a solidão. Ser um, não participar e comungar, ser só, — eis o maior tormento para o homem que vive no dom permanente da sua alma.

O seu individualismo tão apregoado não é afinal individualismo — é personalidade. Não aventa Pio Baroja a hipótese de que

«en la tierra andaluza lo autóctono, lo privativo, sea un cierto comunismo rural?»

O andaluz é da maior sociabilidade. O que êle não tem é o espírito gregário, de associação, como hoje a associação se entende. Porque o que caracteriza hoje a associação não é a proximidade espiritual de vários homens — é a sua sujeição a um homem ou grupinho ou a uma maioria.

Ah! para o andaluz isso não! O andaluz é êle e só êle e não dobra o seu *eu* a entrar no rebanho, a deixar-se conduzir. Êle sabe, como Nietzsche, que

«por nobre que seja o amor da Pátria, e por sublime que apareça o papel do Estado na História, o homem tem para com as suas próprias possibilidades espirituais, para com os seus dons, o maior dos deveres. Acima da própria Pátria há a fé do homem, a sua convicção interna».

Mas assim totalmente êle, assim totalmente livre na sua consciência, precisa sentir a todo o momento a solidariedade humana, porque ama os seus irmãos homens.

Como tem razão Unamuno, contra certos ventos insanos da actualidade: *o individual é o universal!*

Homem de agudíssimo e pleno sentido humano, de total humanidade, o andaluz não conhece a vida senão como uma comunhão, senão como amor, — a aproximação com os outros, com todos os homens.

Por isso a sua natural e fidalga afabilidade, a sua hospitalidade inexcedível, a simpatia e a solidariedade com que acolhe os estranhos ou lhes acode nas suas desditas ou sente as suas tristezas e as suas alegrias.

Mas quere, amando, não alienar a sua personalidade, não vender a sua alma, guardar, intacta, virginal, a essência e a inviolabilidade do seu ser.

Êste desprêzo do exterior, êste viver da vida em Beleza, esta profunda e vasta humanidade nascida da maior personalidade, êste ser livre de todas as adesões limitadoras, — que é senão o Heroísmo?

«O Heroísmo — diz Emerson — é uma obediência a um secreto impulso do individual, — O Heróico não pode ser o comum, nem o comum o heróico».

Mas êste Heroísmo andaluz não coloca, como Mahomet, o *paraíso à sombra da espada*, — é um heroísmo difuso, poético, não exaltado, mas *sereno*.

Êste é o meu matiz particular no Heroísmo hispânico.

De facto, o que caracteriza a alma andaluza é a serenidade. Mas quão diferente é esta serenidade da fleuma britânica, da reflexão ruminativa do flamengo, da calma pesada do alemão ou da serenidade francesa, que é filha do bom-senso, da prudência e da cultura! Não, não é essa a serenidade andaluza. O andaluz é vivo, vibrante, apaixonado. Se tem uma soberana indiferença pelo accidental — vive profunda e intensissimamente a vida mais profundamente humana. E, sem embargo, a sua alma é serena, porque a não batem os ventos da inquietação. A sua serenidade é, assim, ausência, não de vibração e paixão, mas de inquietação — da inquietação dos bens temporais, da inquietação do caminho moral, da inquietação metafísica dos destinos humanos e cósmicos.

A inquietação, como bem viu o grande Masaryk, nasce da ciência — e à moderna hipertrofia desta há que ir procurar a causa do excessivo desenvolvimento daquela. A ciência desvendou ao homem mil caminhos, mil forças, mil possibilidades, sem cuidar, como haviam feito as religiões e as filosofias, de dar ao homem certezas do essencial. E o homem — quanto mais possuidor de novos elementos (a ciência é analítica) mais perdido na multidão dêles e mais convicto da sua ignorância — começa de tremer perante as coisas desconhecidas, lembrando a frase triste do Hamlet: «*Há mais coisas no céu e na terra do que cuida a sua filosofia*».

E esta inquietação vai até volvendo-se ela própria numa metafísica e numa moral. Já o homem gosa da sua inquietação e dela se reclama — angustiosamente.

«*Refus de tout renoncement, proscription de tout ascétisme de l'esprit*».

diagnostica Benda, que nos transmite uma preciosa definição da divina consolação :

«*Toute joie intérieure qui rend l'âme tranquille et la pacifique*».

«Alma tranqüila e pacífica» é a do andaluz, porque êle soube renunciar à cobiça do exterior e pratica o «ascetismo do espírito».

E assim vive em Beleza. A Andaluzia é a Beleza — a Beleza que coquetemente se entremostra no perfume dos cravos ou nos olhos líquidos e sem fundo das mulheres ou nos silêncios das coisas, mas que está indivisamente na atmosfera, na terra e na gente, magnífica, esplendente...

Terra andaluza — homens e mulheres da Andaluzia . . . Por força êsses hão de ser e não outros os directos descendentes dos homens primeiros que viram Deus

frente a frente — essa há de ser, não outra, a terra misteriosa e divina onde por divino mistério nasceu a humanidade...

* * *

Perdoe o leitor que me tenha demorado mais — e quiçá demais — na contemplação da Andaluzia.

Fí-lo porque a amo, a essa Andaluzia de sonho e porque, de certo modo, o carácter do andaluz me parece o mais representativo, pelo aumento ou deformação, das fortes possibilidades e dos infelizmente fortes defeitos do hispano.

O Heroísmo tem na Andaluzia forma *sui-generis*. De guerreiro que é na Castela e em Portugal, volve-se poético. Na meseta e na beira do Atlântico avultam a fôrça e o misticismo — e o Heroísmo personaliza-se: — é, na epopeia da Reconquista, o Cid, é, na epopeia dos descobrimentos, o Infante D Henrique, ou Albuquerque, o Terrível. Na Andaluzia a fôrça dilui-se em humanidade e em poesia; o heroísmo é uma atmosfera ténue, e por isso não se mitiza nem é susceptível de simbolização pessoal. E' um Heroísmo excessivamente amadurecido, saborosíssimo, mas sem rijeza.

Por isso mesmo êle mostra melhor (como mais velho e refinado) o mal e o bem dêste Heróico peninsular.

SIGNOS HERÓICOS.

Pois... fecundada por Deus, a Península gera a Vida e o Homem... A si própria se supera neste mistério augusto da Criação. Mistério Feminino. Mistério Heróico.

Descendentes directos dêsses primeiros humanos, embora caldeados, misturados depois com tantos ramos diferentes, filhos desta terra-mãe, os portugueses e espanhóis, os iberos do Ocidente, acumulam e guardam a profunda humanidade e a feminina e nobre aptidão criadora que estão na base do seu Heroísmo.

O impulso genial das Descobertas não deve, pois, surpreender. É o resultado do aumentar pouco a pouco, do desenvolver, do atear duma velha chama — tão velha que começa com a Vida...

Porque, repitamos, o Heroísmo constitui a própria essência da alma ibérica.

Por isso mesmo, depois, em redor e em projecção dos *Lusiadas*, a epopeia é tão persistente na história da literatura portuguesa, quer com a forma própria, quer subrepticiamente emiscuida noutros géneros, que Fidelino de Figueiredo pôde apontá-la como uma das características dessa literatura.

Por isso mesmo aquela ausência de espírito crítico, que, segundo o mesmo historiador, constitui outra das características dessa literatura. O espírito crítico é inconciliável com o espírito heróico, — porque o primeiro é uma serena e objectiva atitude de compreensão e julgamento e, tendo, ao menos no primeiro tempo do seu exercício, carácter científico (analítico) — para só no segundo tempo se alçar à síntese —,

assenta na cartesiana dúvida, — e o segundo, partindo da fé, sendo antes afectivo e volitivo que intelectual, é uma exaltação do sentido super-humano uma entrega amorosa e total, um sôbre-esfôrço da criação. O país tipo da áurea mediocridade, da prudência e das virtudes, do talento e da cultura, do valor e do direito, — a França varonil — é o povo por excelência crítico, amante da medida e do equilíbrio, herdeiro da harmonia helénica depois de vasada nos moldes férreos da dialéctica jurídica romana.

Por isso mesmo na pintura quincentista aquela «antecipação da divinização do homem» — do homem hispano, do homem heroico, do homem símbolo e representação do «heroísmo —, que o Dr. José de Figueiredo aponta.

Por isso mesmo, já em fins do século XIX e em pleno novecentos, a epopeia da ocupação africana.

Em Espanha, o amor e o sentido do Heroísmo revelam-se nos romances épicos, no *Quixote*, no misticismo heróico de Santo Inácio, na *simplicité héroïque*, como diz E. Faure, de Velásquez, essoutro intérprete genial da alma ibérica, em Ribera... *i'en passe*. Mas os seus elementos do Heroísmo estão também na novela picaresca e no teatro — um teatro de acção, aventuras, sacrifícios e humanidade. Ortega y Gasset compara êste teatro dos *autos* com a tragédia clássica francesa, — aquele *apasionamento vital*, esta análise psicológica com um fim normativo, de *contemplación ética*, para concluir pela grandeza e nobreza do segundo e a popularidade inferior do primeiro. Mas a pura contemplação dos tipos standard, normativos, do teatro francês, e dos seus conflitos íntimos, em que há mais de fria virtude que de humanidade, pode perseguir a alcançar um fim ético. (Emmanuel Berl, no seu *Discurso aos franceses*, querendo persuadir os seus compatriotas do character heróico da raça, não encontra na história do teatro, para opor ao frio Racine, senão Corneille; mas esquece aquilo que já Gustave Lanson pusera em evidência, que o vago sôpro heróico, que aparece no *Cid* e nalguma que outra peça, lhe vem de Espanha...). Porém o Heroísmo requiere uma atitude feminina de *apasionamento vital*, de paixão de sofrimento e de amor, de verdadeira e total humanidade. Se o herói pode aparecer às vezes exteriormente um pouco severo ou hirto não é que dentro dêle não arda uma chama muito humana, que se deixa de sê-lo alguma vez é por superação e nunca por indiferença. A serenidade elegante do teatro clássico gaulês é a tradução dum espírito selecto, varonil e forte — mas não do Heroísmo, da consumpção mística num ideal heróico.

E poderíamos até dizer que o Heroísmo ibérico se revela, em Espanha, mesmo no mito donjuanesco. Porque também o mito de Don Juan é, afinal, um mito heróico, — e a prová-lo aí estão todas as interpretações ideológicas que dêle têm extraído sumo de heroísmo.

E, afinal, todo o moderno ensaismo de Espanha, ou rodeia o *Quixote*¹, ou, louvando ou combatendo as formas heróicas, pelo Heroísmo é determinado...

¹ V. *As Duas Espanhas*, de Fid. de Figueiredo, cap. III — «Os dois soberanos de Espanha».

HEROÍSMO E TRABALHO.

Um diplomata estrangeiro, a cujo espírito observador e culto não escapa nenhum facto definidor do nosso carácter, falou-me algumas vezes (com a sua tão fidalga delicadeza, um pouco veladamente) do pouco que em Portugal se trabalha; mas, quando um dia se afogaram uns pescadores que haviam saído ao mar, sob um temporal desfeito, para salvar os tripulantes dum barco estrangeiro, dizia-me, como-vi-do, que tal heroísmo já só em Portugal era possível encontrar-se.

São duas observações que nos definem.

Heróico e volúvel, o hispano levará uma vida miserável, mas não se adapta a um ideal de vida medíocre. O trabalho uniforme, persistente e inglório, o esforço igual e prosaico, não quadram ao carácter do ibero. E modorra na preguiça e na tristeza, na nostalgia do passado. Mas se o momento surge propício, ei-lo que se eleva, heróico, quixotesco, sobrehumano.

Êsse heroísmo é assim a nossa fôrça e a nossa fraqueza.

Essa fraqueza viu-a bem António Sérgio, quando, falando de «O problema da Cultura e o isolamento dos povos peninsulares», apontou como uma das causas da decadência de Portugal e Espanha a educação e a orientação exclusivamente guerreiras.

Mas a fôrça não a soube ver.

A fraqueza está na inaptidão para a vida de todos os dias, a vida medíocre e forte, sem a qual os povos, como os homens, hoje (e sempre) não valem nem são.

Parece que o génio ou o heroísmo (génio, heroísmo, santidade, sublimações do humano, identificam-se nessa esfera sobrehumana que alcançam) são as resultantes duma acumulação de fluido nervoso, psíquico ou vital — o fluido da imagem-hipótese de Pierre Janet, — de que Deus fêz dom igualmente a todos os povos. Da forma de aproveitamento dêsse fluido vem a posição social, a posição na cultura, no poder e no prestígio internacionais, de cada povo.

Os povos de feitio burguês distribuem-se o fluido igual, equitativamente por todas as gerações. São os povos de forte mediania, as nações bem comportadas e prudentes que, se não sempre medíocres, são também sempre vivas, varonis e progressivas.

Outros largamente gastam, na juventude ou na plenitude, dêsse fluido, numa concentração e numa distenção que os alça a mais altos e mais belos destinos; — são os povos geniais ou heróicos. Mas, ai dêles, a energia que então prodigalizaram, atirando-a ao mundo e aos astros, logo lhes falta nas gerações seguintes, que, esgotadas, exaustas, pobres, não podem concorrer com os fortes e prudentes.

Simplesmente, do ponto de vista moral, qual é o destino preferível?

Lembra-me um dos *Contes du rouet* do adorável Catule: aquele dos dois irmãos que duma fada recebem cada um seu malmequer prodigioso, — basta lançar ao vento uma pétala para satisfazer um desejo. Um, poeta, magnânimo, ansioso de vida e de beleza, lança ao vento a primeira pétala ante os primeiros olhos femininos... E assim outra e outras vezes, até que o malmequer se queda tristemente nú... O irmão

mais velho, trabalhador, económico, equilibrado, prudente, fecha num cofre a sua flor, — reserva para o futuro. E trabalha, e ganha, e acumula dinheiro, — sem gozar a mocidade, nem conhecer o amor. Mas um dia, quando os dois irmãos se encontram, e êle, orgulhoso da sua previdência, abre o cofre, — encontra o seu malmequer reduzido a pó ! É que as flôres eram a própria mocidade — que um aproveitou, e o outro deixou fugir — para sempre . . .

NAÇÕES HERÓICAS. NAÇÕES FORTES.

Se partirmos desta distinção das nações em masculinas e femininas, veremos que daquelas são as mais poderosas — todos os povos equilibrados e fortes, como o fôra a velha Roma. Dos romanos já Anatole dizia, pela boca do Professor Bergeret, «*qu'ils ne cherchèrent jamais la gloire ; ils n'avaient pas d'imagination*» ; assim, «*bien menés ils firent, non point des héros, mais de bons soldats et de bons terrassiers*» . . . Era um povo medíocre (medíocre unicamente no sentido de não portador da chama genial ou heróica). Mas povos do padrão romano são também a França ou a Inglaterra, por exemplo. Essa mediocridade (mediocridade no sentido indicado) não exclui a fôrça, a coragem, a grandeza, — a varonilidade. A sua característica é mesmo essa masculinidade, essa serena energia, essa bravura calma. Mas faltam-lhes os ímpetos geniais ou heróicos, as superações sublimes em que tudo se dá sem cuidar de arrecadar coisa nenhuma, o profundo sentido humano, o espírito de sacrificio, a volúpia da criação desinteressada, a ânsia de formas mais altas de vida, o quixotesco perseguir de transcendentales ideais.

(Por isso me parece mais perto do Heroísmo hispano o entusiasmo místico das brigadas de choque da juventude soviética ou a ânsia de superação da mocidade americana — ainda quando equivocadas no fim perseguido — que a equilibrada e sã fôrça moral do gaulês ou do britânico).

Numa conferência que fêz em Lisboa, em 1905, sôbre «Cervantes e o seu tempo», notava Navarro y Monzó, que «são muitos e de grande valor os valores illustres que quási todas as nações civilizadas possuem na república das letras, mas nem a todos circunda a fronte a auréola do génio. Um Lope de Vega e um Calderón na Espanha, um Goethe e um Schiller na Alemanha, um Racine e um Bossuet na França, um Pope e um Burke na Inglaterra, um António Vieira em Portugal, um Ariosto e um Tasso na Itália, são glórias, altíssimas glórias nacionais ; mas não me negareis que Shakespeare e Dante, Camões e Cervantes são glórias universais, glórias da sua pátria e da humanidade . . .

Mas entre as mesmas mais altas glórias, Cervantes e Camões, sendo universalmente geniais, e sendo os criadores de obras de sentido e projecção universais, são, simultaneamente, os mais perfeitos intérpretes da alma nacional, que nêles luminosamente se reflecte em síntese superior ; — e a sua interpretação é uma interpretação heróica, uma imagem total e nítida do heroísmo da própria nacionalidade, com a qual

os, seus génios se identificam. Porque Portugal e Espanha são povos de génio heróico dêles nascem os dois geniais poemas épicos dos tempos modernos...

A MULHER DE HOJE. A HISPANIA DE HOJE.

Porque hoje, mercê das novas condições sociais, as mulheres mostram e demonstram êsse heroísmo, que, próprio da sua alma, nelas tem vivido obscuramente, é com a jovem de hoje que melhor se pode traçar o paralelo ao falar dêstes povos ibéricos, femininamente heróicos.

Simplesmente, nessas mulheres que tiveram a coragem de «romper com as condições burguesas de antes-da-guerra», nessa juventude ardente e não conformada, o Heroísmo, que só agora pode surgir e surge plenamente, é jovem e encarna numa forma de libertação e de protesto contra um mundo demasiado mecanizado, mediocrizado e mediocrizado; é um ardor de renovação — talvez a obscura consciência da necessidade de salvar e manter erguido o facho flamejante do Ideal.

E no hispano o Heroísmo é uma velha, ancestral e inactual potência de alma, tão vinculada ao ser que define a sua personalidade, mas anquilosada em arcaísmos.

Por isso nas jovens em flor êsse Heroísmo é activo e sabe realizar-se nos novos modos que um mundo novo lhes oferece. E o Heroísmo do *homo hispanicus* dorme nostálgico, saudoso, no louco devaneio do ressurgir dum passado de cavalarias (Quixote !)

Mas uma vez ou outra êle acorda, êsse velho mas apumado Heroísmo. O que lhe falta são os álvos por onde arremeta, intacta a sua límpida, cristalina massa.

DUM NOVO HEROÍSMO.

Mas como ? Por onde e para onde haverá de dirigir-se essa corrente subterrânea do heróico ?

Lembro as palavras com que Fidelino de Figueiredo fecha o seu admirável estudo sôbre *As Duas Espanhas* — obra de pensamento e de sensibilidade, obra de profundidade e de verdade. «E que objectivo ideal haveria de servir uma Espanha assim estruturada de forma nova e original? Um, que é castiçamente espanhol e seguramente de maior poder galvanizador que Marrocos, a polícia de Mediterrâneo e a oratória ibero-americana: ajudar a restabelecer a soberania do espírito no mundo, saindo tôda ela, digo tôdas elas, uma vez restauradas internamente, a essa grande aventura nova de quebrar lanças pela inteligência e liberdade individual, sob o mando de El-Rei D. Quixote, o Único...»

Por aqui poderia ficar. Mas seja-me permitido insistir, buscando um exemplo e símil.

Se o teatro tcheco, nos seus balbuceios de 900, busca assunto na história da Boémia e na vida do seu povo e na revolta contra os Habsburgos opressores — como instrumento, que era, de recriação da consciência nacional e de libertação do jugo

estrangeiro —, também cuida de importar do mundo culto os grandes clássicos e os audazes renovadores; — e, assim, conquistada a independência, ei-lo (sem mais tradição que a que lhe vem desses tentamens do século passado) num primeiro plano, transpondo as fronteiras, representado em Paris como em Londres, em Berlim como em Nova-York. Ganhou sentido universal — sem deixar de ser essencialmente tcheco. Universal porque se não confinou na história boémia, na vida boémia, no regionalismo boêmio, mas, livre de molduras nacionalistas, foi beber a seiva às profundezas do humano, sem immediatas intenções patrióticas, sem a preocupação do terrunho, antes numa alada ânsia de beleza. Essencialmente tcheco porque se apôs o sêlo da filosofia humanitária, do amor da verdade e da justiça, do misticismo da fraternidade, tão tchecos, e que Masaryk melhor que ninguém interpretou, e, no aspecto formal da representação, porque se impôs a disciplina da sobriedade (algo lírico, desde logo), do desprezo tanto do realismo burguês como da declamação exuberante e épica e do detalhe desnorteador, num esforço de síntese exacta — que é, afinal, outra expressão do tão tcheco amor místico da verdade.

Vem aqui à colação o teatro da velha e moderníssima Boémia para exemplificar qual suponho ser a única via aberta ao Heroísmo hispânico: — êle há-de revelar se como um sentido íntimo nas formas da cultura e da vida de hoje — e não como um anacrónico quixotismo da aparência. Condição *sine-qua-non*: que as Hispanias se instalem definitivamente na comunidade civilizada, — domem a própria preguiça, vençam a própria pobreza e terminem de vez o provinciano isolamento. Assim elas seguirão a boa tradição peninsular, que vem do Cid e se continua nas Descobertas. A boa tradição, como prega Menendez Pidal, o sábio espanhol: «*No busquemos en el Cid estrecho espíritu local. Es más: ni estrecho sentido nacional... El Cid favoreció la aceptación de la vida extranjera que benefició entonces a España, sacándola de su anterior aislamiento. El héroe más español, puede dar algo que pensar a aquellos dirigentes que con cerriles doctrinas de casticismo xenófobo hostilizan las provechosas influencias extrañas...*» Que as Hispanias entrem na vida universal e levem o seu quinhão: impregnando o ser, como o perfume impregna a flor, evolvendo-se dêle, como o perfume se evola da flor, o velho e formoso Heroísmo.

Na sua já célebre peça *R. U. R.* — Fábrica Universal de Robots —, o escritor tcheco Karel Tchapek (para voltarmos à Boémia...) apresenta-nos a maravilhosa invenção dum engenheiro: autómatos, em tudo semelhantes aos homens, excepto em não terem sensibilidades nem iniciativa. São os *robots*, que a humanidade, entregando-se à preguiça e aos prazeres, exclusivamente emprega no trabalho. Mas os *robots*, dia a dia aperfeiçoados, chegam a ter o grau de espírito necessário para se voltarem e destruírem a humanidade. Simplesmente, como os autómatos têm vida limitada e são incapazes de reproduzir-se, perdido o segredo do seu fabrico, encontram-se ameaçados de extinção. Mas o último casal de *robots* construído é já muito mais perfeito; e um dia que êle e ela conversam a sós numa sala, sentem-se irresistível e deliciosamente atraídos um para o outro — e beijam-se... Com êste luar de esperança termina a peça.

Ao Heroísmo — sôpro da vida, alma da alma — não caberia a missão da humanização dos homens automatizados?

Creio que sim. Creio que êle tocará com a sua graça — a graça da sua humanidade quintessenciada — a legião dos *robots* que cada dia engrossa, — a legião dos homens deshumanizados, escravos da ciência que criaram.

E então talvez ver-se-ão os pobres *robots*, suspendendo a labuta intérmina e a infinda inquietação, sorrir — e chorar... E talvez até, como o que Tchapek criou, — talvez até, em terras da Hispania, algum sinta na alma a súbita e inefável revelação do amor...

Então creio firmemente que no velho berço ibérico pode agarrar a raiz duma nova civilização. Do novo Adão e da nova Eva surgirão gerações novas, que, conservando os frutos da ciência e do trabalho já adquiridos, os humanizarão e, assim, divinizarão, porque o mais profundamente humano é o que está mais próximo de Deus, a cuja imagem e semelhança o homem foi feito...



**Este número foi visado
pela Comissão de Censura**

Um interessante caso jurídico de homicídio involuntário

Por ALBANO MONCADA

Sendo juiz na comarca do Bié tive de julgar um indivíduo acusado do crime de homicídio voluntário cometido em circunstâncias muito especiais.

Da minha decisão houve recurso para o Tribunal da Relação de Luanda, que a confirmou, assinando contudo vencidos dois juízes.

Porque os juízes vencidos não declararam os fundamentos dos seus votos e do respectivo acórdão não houve recurso para o Supremo Tribunal de Justiça — o que deixa em suspenso dúvidas — parece-me dever oferecer interêsse jurídico o conhecimento pormenorizado do caso.

Como os fundamentos da decisão de primeira instância foram transcritos na íntegra no acórdão do Tribunal da Relação, basta a publicação dêste para atingir o fim que tenho em vista.

*

Acórdão em conferência os da Relação: Vistos, propostos, relatados e discutidos estes autos:

O Juiz de Direito na Comarca do Bié, pela sua sentença de pgs. 127 a 132, de que obrigatoriamente apela o representante do Ministério Público respectivo, condena o réu Eduardo Morais de Araújo, de 23 anos de idade, solteiro, empregado do comércio, natural de Valpaços, morador no Cubango, em seis meses de prisão correcional e em igual tempo de multa a \$10 por dia, descontando dêste tempo o de prisão preventiva sofrida, dá-lhe por cumprida a pena, sem custas nem selos por ser pobre, como autor do crime público, previsto e declarado punível pelo art. 368.º do Código Penal.

O Ministério Público, no seu libelo de fls. 56 e 57, acusa o réu de, em 1 de Janeiro próximo passado, de noite, em casa do seu patrão Domingos José Cardoso, onde estava empregado, munindo-se de uma espingarda Snyder, a disparar contra a

indígena Florinda, amante do mesmo Cardoso, tendo a bala atingido a cabeça da referida indígena, causando-lhe morte instantânea; que o réu, infere assim, cometeu o crime de homicídio voluntário, previsto e punido pelo art. 349.º do Código Penal, com as circunstâncias agravantes 16.ª e 19.ª do art. 34.º do citado Código; e pede que seja imposta ao réu a pena legal com custas e selos dos autos.

O réu, que contesta por escrito, articula: — que é verdade ter ocasionado, com um tiro de espingarda Snyder, a morte da indígena Florinda, mas não cometeu o crime do art. 349.º do Código Penal, porquanto:

— Pelas 23 horas de 1 para 2 de Janeiro próximo passado, o participante Bandeira da Gama chamou o réu, que estava deitado, dizendo-lhe que os ladrões tinham empurrado a porta da loja, pelo que o réu, acompanhado do mesmo Bandeira e do seu patrão Cardoso, se dirigiram à loja, onde nada viram de anormal.

— Voltaram o réu e os referidos Cardoso e Bandeira e deitaram-se, adormecendo estes; mas o réu, impressionado, não pôde conciliar o sono.

— Uma hora apòximadamente depois de se ter deitado ouviu o ladrar insistente de um cão no quintal e então, munido da espingarda que fôra fornecida pela autoridade administrativa para defesa contra ladrões, dirigiu-se à sala de jantar que dá para o quintal para verificar do que se tratava.

— Nesta ocasião ouviu também o réu o ruído de uma cadeira que tinha sido posta à porta da sala de jantar para denunciar quem tentasse abri-la e entrar, e, olhando em direcção dela, só pôde distinguir, junto da bandeira, uma cabeça que lhe pareceu de indivíduo de côr preta.

— Supos o réu que fôsse um ladrão que tivesse entrado ou estivesse a entrar em casa e, desorientado pelo terror, disparou um tiro contra a cabeça que vira.

— O terror que se apossou do réu é explicável porquanto já por duas vezes tinham sido assaltadas casas comerciais do seu patrão em ocasião em que as mesmas estavam sob a gerência do réu, tendo os ladrões roubado de uma vez mercadorias no valor de 350\$00 e da outra no valor de 900\$00 apòximadamente, e, pela região corriam notícias de muitos outros roubos e assaltos por indígenas armados, e, assim, o réu teve mêdo de que o ladrão ou ladrões supostos, presentindo resistência, o matassem.

— Depois de ter verificado que a assassinada fôra a indígena Florinda, o réu ficou consternado pelo seu êrro pois não podia prever que o vulto que lobrigava fôsse o dela que não era costume encontrar-se nesse local à hora em que se deram os factos, nem era presumível que, estando ela ali, se encontrasse na posição em que o réu a encontrou.

— O réu não se apresentou na manhã seguinte à autoridade devido ao abatimento moral em que se encontrava, mas encarregou expressamente o participante Bandeira de ir relatar os factos à autoridade, prontificando-se assim logo a pôr-se à ordem da Justiça, aproveitando-lhe a circunstância derimente do art. 377.º n.º 1 combinado com o art. 44.º n.º 2 e 43.º n.º 3 do mesmo Código.

— Para o caso de se entender não verificadas as circunstâncias do artigo antecedente alega o réu o seu bom comportamento anterior e ainda as circunstâncias do

§ 2.º do art. 29.º combinado com o art. 378.º e dos n.ºs 5, 9 e 18 do art. 39.º do Código Penal, sem as agravantes indicadas pelo Ministério Público em vista da regra do art. 40.º do Código Penal.

— É pobre o réu, pois ganhava seu pão quotidiano como empregado do comércio, estando hoje sem meios alguns de subsistência.

— Deve pois a acusação ser julgada improcedente e não provada e o réu absolvido, ou, na mais desfavorável das hipóteses o réu ser condenado unicamente na reparação civil sem pena criminal ou com uma pequena pena correccional.

O Juiz, na sua sentença apelada, fundamenta-a, expondo :

«A prova dos autos é clara e convence da veracidade dos factos alegados pelo réu, patenteando ainda que entre êste e a Florinda não existia qualquer inimizade ou desavença.

Resta pois fazer a applicação da lei penal, tendo como provados tais factos.

As circunstâncias derimentes alegadas pelo réu não se verificam : a do n.º 1 do art. 377.º porque está provado que, quando o réu disparou a espingarda não havia arrombamento ou escalamento da casa habitada ; a do n.º 3 do art. 63.º porque foi raciocinando e exercendo a sua vontade que o réu se determinou a repelir um arrombamento que supunha estar sendo ou ter acabado de ser levado a efeito ; e a do n.º 2 do art. 44.º porque os autos mostram que nenhum mal iminente ou em comêço de execução existia.

O que dos autos se vê é que o réu procedeu sem intenção criminosa.

O autor dum crime pode proceder sem intenção criminosa ou directamente se êle não quis o acto que praticou nem as consequências dêle derivadas ou indirectamente se êle quis e praticou o acto devido a um êrro de facto.

Neste último caso é necessário, para estabelecer a ausência da intenção criminosa, que o facto que o agente errôneamente supunha existir, fôsse de natureza a tornar a sua acção lícita, se realmente existisse.

É o que se dá no caso presente quanto ao crime de homicídio intencional.

A intenção do réu foi repelir o arrombamento que de noite supunha estar sendo levado a efeito na casa que habitava.

O homicídio cometido nestas circunstâncias não constitui crime — cit. art. 377.º n.º 1.

Procedeu o réu portanto sem intenção criminosa pois devido a um êrro de facto estava convencido que praticava um acto lícito.

Quanto ao homicídio intencional aproveita pois ao réu a derimente do n.º 7 do art. 44.º do Código citado.

Mas a lei pune também o homicídio culposo denominado pelo Código Penal involuntário — art. 368.º

Quanto a êste crime entendo que se não verifica a derimente do citado n.º 7 do art. 44.º Da parte do réu houve culpa.

O êrro de facto em que caiu era vencível e o réu só devido à sua inconsideração o não venceu, pois devia assegurar-se bem de que um arrombamento se estava realizando, antes de praticar qualquer acto tendente a repeli-lo.

Mostram os autos que o réu procedeu precipitadamente não lançando mão de qualquer meio para tentar sair do êrro em que se deixou cair.

Nestes termos convola a acusação para o citado art. 368.º.»

Contra o réu não concorrem as circunstâncias agravantes apontadas no libelo visto tratar-se de um crime meramente culposo.

O réu sofre de prisão preventiva que data de 2 de Janeiro último, e provou que é pobre e os autos não mostram que a vítima tivesse deixado herdeiros com direito a alimentos.

O recurso é de conhecer; o processo tem formação regular; o juiz *à quo* fez perfeita história do crime nos seus dois aspectos — objectivo e subjectivo —; declarou a sanção penal com correcção legal, a responsabilidade atenuada do réu, que tão inteligentemente capitulou, considerando no vocábulo «inconsideração», que se lê no art. 368.º do Código Penal, o êrro da pessoa ou sobre a pessoa a que se dirige o facto punível compreendido, o que aliás a genese do artigo também esclarece é manifestação indubitável do seu acêrto, e graduou a pena ao réu com justiça, seguindo o critério da individualização penal dentro dos preceitos legais.

Pelo exposto confirmam a sentença apelada, não havendo lugar a custas nem selos acrescidos.

Baixem os autos oportunamente à instância inferior e o réu seja restituído à liberdade na oportunidade legal.

Luanda, 6 de Outubro de 1915 — *F. de Melo* — *Sacramento Monteiro* (vencido) — *Sousa Brandão* (vencido) — *J. Soares* — *Frederico Menezes*.



Novas directrizes da criminologia

Por GUY DE OLIVEIRA

I

Ergue-se hoje a nossa voz, em ritmo cadenciado e seguro, mas altissonante e potente, para chamar à realidade aqueles que andam arredios da boa doutrina, no que respeita a criminologia, regime prisional e penologia.

A Solidariedade e a Humanidade que todos devemos uns aos outros obrigam-nos a difundir através da *Vida Contemporânea* aqueles elementares preceitos de psiquiatria e de psicologia profunda que, já hoje, orientam o regime prisional e o direito penal nos países mais adiantados do mundo.

Os mais distintos médicos-legistas, psicólogos, psiquiatras e jurisconsultos, preconizam novas reformas dos códigos penais que, a-pesar-de antiquados e obsoletos, ainda estão em vigor nos seus países. Pretendem êsses códigos reprimir o crime, regenerar o criminoso, indemnizar a vítima ou sua família e dar uma satisfação à sociedade! Estulta pretensão, no estado actual da ciência biopsicopatológica!

Impõe-se, pois, compelir os especialistas do direito, da medicina legal e da psiquiatria, a compreenderem melhor e melhor interpretarem os fenómenos sociais, suas causas e seus efeitos; mostrar-lhes a total falência do julgamento individual, a inconsistência, por precária e deturpante, da prova testemunhal, o absurdo do regime penitenciário vigente, e o perigo do julgamento dos presumidos réus apenas por intermédio da *justiça togada*.

É preciso lembrar a monstruosidade homicida da *Escola Positiva* (o determinismo) com a instituição da *pena de morte* e a das *Novas Escolas* com as superstições científicas ou pseudo-científicas.

Também o feroz *livre arbítrio*, da *Escola Clássica*, não resolve o momentoso problema; esta escola transforma o delinqüente num servo da vontade. Nela o crime é um acto resultante da vontade do criminoso. Êste, opta pelo bem ou pelo mal, independentemente de qualquer acção exercida pelo meio ou dependente de circunstâncias especiais psico-somáticas.

Neste caso, o crime é uma *entidade* e a pena um *castigo*.

Na escola clássica o crime é a violação dos códigos legais e a lei é a vontade, pura e simples, do legislador.

Nesta ordem de ideias, poder-se-á afirmar que o *crime* é a vontade do legislador, — conceito e preceito jurídico que consubstancia em si o que o despotismo tem de mais violento e odioso e a tirania de mais aviltante.

Recordemos insistentemente que o homem é falível em seus juízos, e a prova testemunhal precária ou pernicioso por ser parcial, resultar duma sugestão ou duma cabala.

Torna-se indispensável dizer aos que nos leem que os delinquentes são obrigados a cumprir uma pena fixa, igual para todos os temperamentos e caracteres, previamente fixada no Código, mediante série crescente e consoante a *gravidade* do crime, como se alguém pudesse tornar êsse crime uma grandeza escalar ou prever o tempo necessário para a regeneração do criminoso.

Desejamos ainda rememorar os leitores, de que a pena de morte não se pode anular, depois da sua execução, como é óbvio, e que as penas de presídio ou penitenciária nada mais são do que escola de vícios e de desvios morais, tristes e degradantes.

Insistamos em que a forma mais humana, lógica e social da regeneração dos condenados é aquela que é preconizada pelos psiquiatras e pela psicologia profunda. Estas normas consistem na educação do homem por forma a habilitá-lo a *pensar*, sem recalçamento dos instintos, dando-lhe, de preferência, livre curso, através duma pedagogia isenta de hipocrisia ou mistificação, por consequência racional e humana.

Diremos, como determinado penalista, cujo nome não nos ocorre, que «ameaçar o homem com uma pena para que não delinqua é o mesmo que ameaçá-lo para que não adoeça»,

Reforcemos as nossas considerações com as magníficas e judiciosas conclusões com que termina a sua tese o criminalista mexicano Ponce Lagos (*El fracasso de nuestro sistema penal*, Congresso Nacional Penitenciário do México em 1932), quando nos relata o que tem de degradante, humilhante, improficuo e monstruoso o actual sistema penal e prisional, vigente em quási todo o mundo.

Ei-las :

- 1.^a degenera o delinquente (pela falta ou impropriedade do trabalho);
- 2.^a destrói a família;
- 3.^a inverte sexualmente os presidiários;
- 4.^a é infamante;
- 5.^a não repara o delito;
- 6.^a não satisfaz o sentimento de justiça, mas tão somente o de vingança;
- 7.^a é um pesado encargo para o Estado;
- 8.^a é uma escola de delinquência;
- 9.^a é um incómodo para a sociedade;
- 10.^a portanto tem de ceder a vez a um sistema novo e êste será o da separação forçada, em substituição dos chamados «presídios ou penitenciárias».

Afigura-se-nos que se torna indispensável criar um corpo de psiquiatras-psicólo-

gos, que deverão fazer parte dos júris dos tribunais. Só assim se criarão os órgãos de defesa encarregados de proteger os delinquentes anormais e de propor os meios adequados para a sua regeneração, tratamento e conseqüente cura, caso ela se possa operar.

Parece-nos que se deve procurar introduzir, a pouco e pouco, a pedagogia no âmbito do fôro criminal, a fim de substituir, tanto quanto possível, a penologia por esta nova modalidade de prevenção do crime. Evitar o crime é bem melhor do que reprimí-lo.

Neste preâmbulo, queremos apelar, mais uma vez, para a ciência; esta humanizará o rigor da pena e evitará a sua aplicação «ad hoc».

Não esqueçamos as leis da evolução e acompanhemolas, para que sejamos forçados a concluir que a justiça é contingente e casuística, como tudo que é produto do homem. Adaptemos, pois, os preceitos dos textos à moral de cada época e de cada país.

«In medio stat virtus», logo, não nos cinjamos exclusivamente ao conceito jurídico, nem tão pouco ao ponto de vista médico-psiquiátrico. A justiça depende da *moral social*, logo, teremos que contemporizar com ela naquilo em que seja razoável ou aproveitável.

Em resumo: é preciso refundir o Direito penal à luz das modernas correntes científicas, jurídicas, psicológicas, médicas e pedagógicas, tornando-o mais racional, humano e profícuo.

Urge estudar, difundir e aplicar a medicina biológica e a medicina psicológica, combinando-as e adaptando-as aos usos da criminologia e do direito penal, por forma a *confundir* estas diversas modalidades e variantes da «arte de prevenir o crime»; assim denominaremos os preceitos codificados que hão-de constituir essa «arte».

Refundir o direito penal, tôdas as leis em geral, tirando-lhe o aspecto odioso de sistemas coercitivos brutais e vingativos, será caminhar para uma melhor solução da vida social e das relações do homem para com o seu semelhante, e daquele para com a sociedade. O carácter coercitivo, brutal e vingativo dum certo número de leis revolta a humanidade, mercê da sua falta de equidade, equilíbrio vital, finalidade e adaptabilidade biológicas.

Na confecção das leis deve intervir sempre um médico psiquiatra e psicólogo: só êste poderá ligar a *mente à glândula* e o *pensamento* quotidiano à *hormona* ou ao antacoide visceral (endocrinologia).

Repetimos, impõe-se tirar o carácter de represália ou vindicta que a *pena* ainda hoje contém e mui especialmente tornar impossível, aqui ou em qualquer outro país, a execução da pena última, reminiscência bárbara dos sentimentos atávicos arquiimilenares do homem ancestral, detentor do puro *instinto da vida*, transmitido para o exterior através do *instinto de matar*, reflexo — como é sabido — do complexo de Edipo, isto é, o desejo de vingança, por ciúme, do filho, no seu mais directo e próximo rival — o pai.

A nova fase ideológica de Georges Valois

Por CUNHA LEAL

Há uma estranha e secreta simpatia entre os homens da extrema-direita e os da extrema-esquerda, talvez em obediência ao velho postulado de que os extremos se tocam. Excomungam-se com frequência, às vezes mesmo matam-se, quando mais não seja por desfastio, mas respeitam-se e estimam-se. Um pequeno incidente, narrado por Georges Valois no prefácio com que antecede na edição francesa o discurso de Staline sobre o Plano Quinquenal, ilustra a afirmação que vimos de fazer.

Segundo o distinto publicista francês, Lénine — aí por alturas de 1922 — teria proclamado que êle, Georges Valois, era «o mais interessante economista da Europa». ¿Como chegou ao seu conhecimento aquela lisonjeira apreciação dos seus méritos? Por ser elucidativo, entendemos por bem traduzir do sobredito prefácio o trecho que ao caso se refere:

«Um agente secreto do govêrno inglês conseguira penetrar bastante na intimidade do govêrno soviético, havendo podido conversar muitas vezes com Lénine e tendo recolhido da própria bôca do chefe da revolução russa aquela afirmação que para êle nada significava, visto ignorar a minha existência. Êste agente referiu o caso em relatório ao seu govêrno, que enviou ao govêrno francês cópia do documento. A parte que me dizia respeito foi transmitida a Léon Daudet por uma alta personalidade que foi presidente do conselho e até presidente da República. Foi Léon Daudet quem, certa manhã, me contou o caso com calor, com evidente satisfação. Bernard de Vesins citou êste facto mais tarde em congresso da *Action Française*, com aplauso da assistência.

«Merece a pena relembrar o incidente porque prova duas coisas: a primeira que os juízos de Lénine não eram ditados pela paixão porque, nesta época, eu fazia uma crítica incessante e acerada do comunismo a que atribuía a designação de *peste orien-*

tal; a segunda que as gentes da *Action Française*, nutriam secreta admiração por Lénine.»

Creemos que ainda poderia, sem esforço, extrair-se do incidente uma terceira conclusão: a de que Georges Valois não ficou menos lisonjeado do que os seus parceiros políticos dessa data com a apreciação que dos seus méritos como economista foi feita pelo micróbio gerador daquela *peste oriental* que era então objecto das suas alarmadas prevenções. Nem se diga que tal estado de espírito é explicável pelo facto de que a um técnico foram e hão-de ser sempre agradáveis as referências laudatórias aos seus trabalhos de especialidade, quando feitas por outros técnicos, embora situados em campo ideológico diverso. A explicação parece-nos insuficiente ou comezinha, por isso que Lénine não era um economista, mas sim um homem de acção superiormente inteligente que se atreveu a fazer tateamentos e ensaios económicos zig-zagueantes *in anima vili* do miserando povo russo e conseguiu enfim dar a êste, no movimento pendular da sua história, a posição simétrica daquela que na outra extremidade ocupara com Ivan, o Terrível. Esta satisfação interior, gulosamente experimentada por Georges Valois, ¿seria já, por assim dizer, a presciência da sua futura evolução política? Acaso nos recessos e refolhos do seu cérebro ¿haveria já a secreta tendência para substituir *l'homme qui vient*, isto é, o chefe autoritário levando adiante de si, sob a ameaça do seu chicote rabioso, um bando mais ou menos paciente de escravos, pela *contrainte mutuelle*, isto é pelo mútuo constrangimento ou pressão dos interesses sociais antinómicos? *Chi lo sa!*

Na realidade, Georges Valois é homem de profundas variações no tocante a ideologias políticas e sociais. O seu espírito, ansioso por descobrir aquelas verdades contingentes que possam aplacar a sua sêde espiritual, não se apega com excessivo amor às certezas do dia de hoje: mal as atingiu, bate as asas e abalança-se a novos vôos em demanda das certezas do dia de amanhã. A vida é, portanto, para êle um eterno renascer. E o mais curioso é que em tôdas estas fases da sua existência êle põe o mesmo entusiasmo viril, a mesma fúria judaica de proselitismo. Êste homem é incontestavelmente uma força desencadeada da natureza, uma máquina de raciocinar com paixão, qualquer coisa com um fac-símile reduzido dum Descartes fundido com um Napoleão.

E, contudo, em seu entender, na sua obra só variam as «partes secundárias», permanecendo intactas as «peças essenciais». Assim é que, ainda segundo êle, as leis fundamentais que presidem às suas construções doutrinárias são hoje, como ontem, *a lei do menor esforço e a lei da intelectualização do esforço* a que mais tarde veio juntar-se *a lei do mútuo constrangimento*. O certo é, porém, que, servindo-se destes materiais, êle começou por architectar uma organização monocrática dos povos, baseada no capitalismo e na fôrça, e acabou por defender a fatalidade e a necessidade duma organização democrática, baseada no socialismo, ontem condenado sem apêlo, e no espírito de invenção. «Erros de aplicação» — comenta Georges Valois. — Sem nenhum prazer de deminuir uma personalidade aliás sob tantos aspectos sedutora, devemos em todo o caso confessar que êstes erros, provenientes talvez da insuficiência das suas observações, têm graves conseqüências de carácter social e são

próprios para nos causarem apreensões acêrca da solidez das suas construções lógicas.

Variar pode ser, como acima se afirma, uma necessidade do espírito e pode ainda ser uma prova de honestidade intelectual. Os homens que, nos tempos correntes, se mantiverem apegados aos detalhes e mesmo a certos princípios genéricos das suas crenças ideológicas, como se fôsem rochas sôlidamente encastradas na terra dura, não podem, em regra, ser utilizados na grande e urgente tarefa da renovação das sociedades. Quando, porém, a agulha magnética de um pensamento se põe a oscilar doidamente, perde-se tôda a confiança nas suas indicações. Eis porque somos de opinião de que à obra de Georges Valois há que ir buscar não as suas conclusões, por mais fascinantes que sejam, mas algumas das suas observações por vezes impressionantes e demonstrativas de aguda penetração de certas realidades que se escondem avaramente sob feia ganga. Em suma, Georges Valois, se nos não agrada como fabricante de doutrinas, pode ser considerado como um admirável sugestionador da faculdade de raciocinar.

Para melhor se compreender Georges Valois, observaremos que para êle a estrutura social desejável é aquela que, independentemente da parcela de justiça ou de injustiça nela incorporada, torne maior a potência da máquina económica dos povos. Se entre dois tipos de estruturação um fôr mais humano, mais justo, mas menos eficiente do que outro, Georges Valois, embora o não confesse com esta crua concisão, entende, como o grande Sorel, que as nossas preferências devem ir para o último. É que no seu íntimo êle julga que o sistema económico mais eficiente acaba sempre por elevar tanto o rendimento social que o nível de vida das massas populacionais sobe correlativamente. Assim, a eficiência, ainda que inicialmente mais deshumana, traria em seus flancos fecundos o bem-estar que a simples justiça nem sempre gera. Compreende-se, portanto, que, por êste critério, entre as duas noções de eficiência e de justiça Georges Valois se incline para a primeira e que em seu espírito haja a mesma acessibilidade para o monocratismo de «l'homme qui vient» que para o seu régimen da «contrainte mutuelle».

A adopção dêste ponto de vista implica um exame objectivo e minucioso dos fenómenos económicos com o fito da harmonização das normas jurídicas com as necessidades da economia, tomadas no sentido de uma coordenação dos seus elementos própria para intensificar a potência produtora até ao máximo compatível com o estado das ciências de aplicação. Isto implica ausência absoluta de parcialidade por parte do observador e, a par disso, frieza e alheamento no que toca às conseqüências possíveis da observação. Ora, precisamente o que falta a Georges Valois, para que possa ser considerado aquele grande economista de que teria falado Lénine, é a ausência de passionabilidade. E inegável que êle é um pouco «volage» nos seus amores doutrinários. Mas enquanto ama, seja qual fôr o objectivo das suas preferências, fá-lo sempre com aquela fúria a que atrás fizemos incidental alusão. Isto, se prejudica os seus créditos de economista, torna mais curiosa a sua forte personalidade.

Deixemo-nos, porém, de divagações e dediquemo-nos a separar no actual sis-

tema ideológico de Georges Valois o que possa haver de irrefutável do que possa haver de contingente.

* * *

Na velha pugna entre o espiritualismo da economia oficial e o materialismo marxista Georges Valois tomou uma posição intermédia que não deixa de ter sua certa lógica. Afirmara Karl Marx que os fenómenos económicos comandam e determinam os fenómenos espirituais em vez de se subordinarem a êles, consoante o parecer dos mentores da civilização burguesa. Debalde êstes, com má fé púnica, se recusam a ver a parcela de verdade que se contém neste princípio basilar do marxismo. Debalde os partidários desta doutrina, a seu turno, cerram os olhos à parcela de verdade que se contém no postulado espiritualista. Os homens desempoeirados e imparciais pressentiam a necessidade de uma fórmula de acomodação entre êstes dois conceitos, mas não conseguiam descobri-la.

Estavam as coisas neste pé quando sobreveio Georges Valois a afirmar-nos que é o espírito a causa primária das transformações económicas, visto como é êle que, com as suas descobertas científicas e as suas invenções práticas, proporciona ao homem a energia utilizada na tarefa económica e as máquinas em que ela se aplica para vencer determinadas resistências e atingir certos fins. Desde que, porém, qualquer invenção saída do cérebro do inventor, como Minerva da cabeça de Júpiter, passou a ser adoptada, ela imprime ao fenomenalismo económico determinada orientação que o espírito baldadamente tentará modificar se fôr atreito a submeter a realidade à idealidade.

Imaginemos, por conseguinte, que a legislação de um povo se adaptava perfeitamente às condições de uma época, mas que, posteriormente, um conjunto de descobertas e invenções alterou as relações económicas entre os homens por forma tal que a ordem jurídica existente se transformou no espartilho que comprime um corpo desejoso de desenvolver-se livremente. Ao espírito humano novamente incumbe nessa altura a missão de estabelecer um acôrdo bemfazejo entre os factores económicos e as regras do direito. E dêste modo, no ciclo que vimos de descrever, o espírito foi de início a causa determinante da produção de um conjunto de fenómenos, que seguiriam depois uma evolução fatal, independente da própria vontade humana; e foi no têrmo dêsse ciclo o restaurador da ordem social pela acomodação das instituições humanas aos factos económicos. Na fase intermédia, a tese marxista impõe-se sem possibilidade de dúvida. A Georges Valois cabe o mérito de ter conciliado pontos de vista que, em vez de se oporem, como diziam e continuam dizendo os sectários, antes se completam.

Êstes ciclos repetem-se indefinidamente através da história. Um conjunto de ciclos forma uma *idade da humanidade*. ¿ Como caracteriza Georges Valois êste conceito de idade? Êle o diz: «pela fôrça natural captada pelo homem nas ferramentas que multiplicam a sua própria fôrça». Assim, ainda segundo êle, «houve a idade da pedra, a idade dos metais e agora a idade da electricidade».

A parte da sua obra, intitulada — *uma nova idade da humanidade* —, em que Georges Valois se refere ao assunto, revela uma notável imprecisão científica. Êle

chega a chamar à ferramenta de pedra ou de metal uma «fôrça inerte» (*sic*). Confunde fôrça com energia e ambas com máquina. Queria dizer que as idades da humanidade se distinguem pelos modos de energia e pela natureza das máquinas que são empregadas na tarefa económica, mas não o consegue. A sua linguagem toma indecisões e balbuécios de principiante.

De qualquer maneira que seja, não oferece dúvida que a humanidade entrou na idade da electricidade, isto é, numa época em que a modalidade da energia empregada correntemente na produção pode ser captada a distância e transportada, dentro de um raio de acção de muitas centenas de quilómetros, até ao ponto onde fôr requerida. Em tais condições, a energia a utilizar deixa de ser fabricada *in loco*, tendendo a sua produção a ser objecto do monopólio, se não de direito, ao menos de facto, em benefício de reduzido número de emprêsas.

A circunstância que vimos de apontar transforma por completo a face da economia porque a faz tributária a tóda ela dos fornecedores da energia. Assim, pois, do entendimento entre estes resulta a possibilidade de lançarem, directamente sôbre todos os agentes da economia, indirectamente sôbre todos os consumidores, isto é, sôbre tóda a nação, um imposto diante do qual empalideceria e se tornaria mesquinha a tributação cobrada pelo Estado. Se esta tendência não fôsse contrariada pela acção estatal, o sistema do liberalismo económico conduziria à vassalagem da nação para com os magnates da electricidade, e o livre jôgo da concorrência não passaria duma ironia amarga dentro duma sociedade em que à liberdade de direito corresponderia a escravização de facto.

Na impossibilidade de consentir que as coisas tomem êste cariz, o Estado sente-se forçado a submeter a produção e venda da energia eléctrica a uma regulamentação, precursora, a prazo mais ou menos longo, da monopolização em proveito próprio dêste ramo da actividade económica dos povos. Quere isto significar que estamos em vésperas da criação de mais um serviço público, a funcionar quer em régimen de concessão, quer por conta própria.

Ora esta evolução do problema da energia é paralela de transformações de tóda a ordem ocorridas nos restantes sectores da economia. De modo geral a indústria pesada, a extractiva, a dos armamentos, a dos transportes ferroviários, a dos transportes marítimos, a bancária — para só citarmos as mais importantes — foram levadas pela concorrência internacional e interna à adopção de métodos racionais e tenderam a concentrar-se ou para produzirem em grandes massas e segundo reduzido número de tipos ou para aumentarem o volume da clientela a que prestam serviços.

Desde que as coisas chegaram a êsse ponto, o Estado não podia deixar de intervir, umas vezes porque se tornava necessário defender as indústrias nacionais basilares contra a concorrência estrangeira, outras vezes porque certos ramos da indústria, tais como as emprêsas transportadoras, haviam cessado de poder remunerar os capitais neles invertidos, outras vezes ainda porque certos serviços, tais como o da subministração e regulação do crédito, permitem comandar tóda a mecânica da economia. Daí a tendência para erigir também em serviços públicos, concedidos ou administrados directamente pelo Estado, certas modalidades da actividade material das na-

ções. É uma consequência fatal das múltiplas invenções da inteligência criadora do homem.

Á medida que os anos avançam, o sector socializado dos capitais nacionais tende, pois, a crescer, tanto em valor absoluto como em valor relativo, sem que daí se infira que hajam de desaparecer necessariamente as capitalizações particulares, sendo provável que estas se mantenham, quer sob a forma de «empresas individuais para pequenas indústrias e certas trocas», quer sob a forma de «explorações agrícolas individuais», quer ainda sob a forma de riqueza mobiliária. Tal é no que diz respeito à estruturação social o pensamento de Georges Valois na sua fase actual. Devemos confessar que não há nesta sua conclusão nenhuns laivos de originalidade, visto como todos os observadores medianamente argutos a ela têm chegado isoladamente, sem esforço. Simplesmente, os comunistas no seu doutrinismo pretendem que a marcha do fenómeno se acelere vertiginosamente, ao passo que os burgueses castiços pretendem, à viva força, que ela se retarde. Georges Valois, êsse liga às proporções que possam vir a estabelecer-se entre o sector colectivo e o sector individual do capitalismo uma importância secundária. Nesse ponto ainda, Georges Valois, encontra-se de acôrdo com os espíritos mais esclarecidos do mundo civilizado, por virtude da concordância dos resultados de observações individuais autónomas.

Uma coisa é, porém, a organização económica e social dos povos, outra coisa é o arranjo que o Estado haja de tomar por determinação da inteligência humana a fim de que se torne o maior possível o rendimento da máquina produtora e se estabeleça um desenvolvimento harmónico da produção, da distribuição e do consumo. Estudando o condicionalismo da hora presente, com as suas complicações e sofrimentos, Georges Valois chega à conclusão de que a humanidade está parturejando, através duma evolução de estrutura, o *Estado técnico*. Tal é a pedra de fecho da construção doutrinal mais recente de Georges Valois. Antes de analisarmos o valor teórico e prático de tal concepção, importa, porém, dizer breves palavras sobre as leis que, segundo êle, presidem a tôdas as transformações económicas.

É esta a parte mais interessante da obra de Georges Valois.

*

A lei fundamental que domina a actividade material do homem é *a lei do menor esforço*. Podemos definí-la desta maneira: Todo e qualquer individuo tenta, normalmente, reduzir ao mínimo o quantitativo da energia própria que haja de consumir para alcançar determinado resultado. Ora esta energia própria desdobra-se em duas parcelas: energia física e energia intelectual. E, como quer que o dispêndio da primeira seja, por via de regra, mais doloroso do que o da segunda, o homem desde que surgiu na superfície da terra, vem curando de substituir a energia manual pela energia fornecida pelas máquinas e pela energia intelectual.

A lei do menor esforço tem, por conseguinte, dois corolários: *a lei da mecanização progressiva do trabalho manual e a lei da intelectualização progressiva do esforço*. George Valois, que, consoante tivemos já ensejo de referir, emprega na definição dos seus pontos de vista linguagem pouco científica, aponta apenas a existên-

cia de duas leis — a do menor esforço e a da intelectualização do esforço — e considera-as como sendo de igual categoria, quando na realidade, como acabamos de dizer, a segunda é consequência da primeira. Por outro lado, confunde a lei da mecanização progressiva do trabalho com a lei do menor esforço, quando a segunda é mais geral do que a primeira e a compreende. O que vimos de dizer é um pequeno senão. Com efeito, importa antes atender àquilo que Georges Valois quis dizer do que àquilo que disse.

Até aqui temos considerado o homem como colocado isoladamente em face da tarefa que lhe é imposta pela satisfação das suas necessidades. O homem vive, porém, em sociedade, isto é, relacionado com outros homens. Nestas condições é natural que a lei do menor esforço possa revestir um aspecto ainda não referido: o de cada um tentar endossar aos outros a tarefa que lhe incumbiria realizar. Isto originou *duas formas de parasitagem*: a parasitagem colectiva de um povo em detrimento de outro povo previamente submetido pela força das armas; a parasitagem de uma ou mais classes e notoriamente a de certos componentes destas em prejuízo das grandes massas populacionais, apoiando-se os exploradores no aparelho de força do Estado de cujas alavancas de comando se hajam apoderado. Em qualquer dos casos fica reservada ao elemento militar uma função primacial.

Independentemente deste facto, a simples especialização das capacidades naturais ou adquiridas dos indivíduos determina a sua divisão em dois grupos: — aqueles que nos fenómenos económicos despendem quasi exclusivamente energia manual e aqueles que quasi exclusivamente despendem energia intelectual. Em obediência à lei do menor esforço, os primeiros requerem dos segundos que exercitem as suas aptidões no sentido de inventarem processos que diminuam a percentagem do trabalho manual incorporado em cada unidade produzida. Ainda por virtude da mesma lei, os segundos procuram poupar energia intelectual à custa da manutenção da rotina. E, como os últimos são os que têm no Estado funções predominantes, prevaleceria nas sociedades a propensão para a estagnação, se não fôra aquilo que Georges Valois apelidou de *loi de contrainte mutuelle*, que, à falta de melhor, traduziremos por *lei de mútuo estrangimento*.

É que, pouco a pouco, os homens, cujos interesses económicos e sociais são concordantes, trataram de aproximar-se e associar-se para melhor salvaguarda desses interesses. Organizaram-se assim nos diferentes sectores da economia sindicatos de operários e de patrões, ligados por forma a constituírem federações regionais e nacionais. O objectivo essencial do sindicalismo operário consiste na obtenção de salários elevados. Por sua vez, o objectivo premente do sindicalismo patronal consiste na defesa contra tal pretensão. Na luta que se estabelece entre êles, ora triunfa um, ora triunfa o outro, visto que, se os operários dispõem da energia manual cuja falta faz paralisar a máquina económica, em contra-partida carecem das reservas monetárias indispensáveis para o prolongamento da sua resistência. Após uma vitória do operariado, os custos de produção tenderiam a subir. No caso de indústrias vivendo sem a necessidade do recurso excessivo ao artifício pautal e concorrendo até com as indústrias similares estrangeiras na disputa dos grandes mercados consumidores, o patronato,

se não quizer ficar em condições de inferioridade, é forçado a introduzir aperfeiçoamentos nos seus métodos de fabrico, de modo que os trabalhadores intelectuais têm que pôr de parte a sua natural preguiça. A luta de classes tem sido assim o grande agente excitador do espírito de invenção e o potente motor de todos os progressos materiais das sociedades humanas.

Quando se preconiza a instauração de regímenes de fôrça com o fim de se evitar o choque de interesses antinómicos, julga-se, e quiçá com sinceridade, que a harmonia social assim imposta determinará um ritmo da economia dentro do qual esta atinja o seu pleno rendimento. É necessário, porém, não perder de vista que a finalidade da vida material, para as grandes massas humanas, não consiste apenas em que a máquina económica trabalhe sem desarranjos, sem interrupções e com método, pretendendo-se ainda que, sem cessar, sejam introduzidas nela inovações e aperfeiçoamentos susceptíveis de aumentar a sua potência. Êste segundo objectivo sobreleva em importância o primeiro, e a insatisfação das massas operárias, a par do acréscimo da sua fôrça determinado pelo fenómeno sindical, constitui um precioso auxiliar para a sua consecução.

Um Estado dirigido pelos representantes de certos sectores sociais e mantendo a ordem com a ajuda da Fôrça Pública, sem que sejam consentidas acções e reacções dos interesses discordantes, não é mais do que o organismo encarregado de garantir a perpetuidade da exploração de uma maioria inerte e envilecida por uma minoria activa e sem escrúpulos. É indispensável que os vários grupos sociais exerçam permanente compressão uns sôbre os outros para que não desfaleça a aptidão humana para a invenção técnica, isto é, para a descoberta de máquinas, de fórmulas de associação e conjugação das fôrças económicas e de métodos de trabalho cada vez mais perfeitos.

Na prática acontece que a evolução provocada pelas ciências de aplicação está obrigando o Estado a investir-se a si mesmo na direcção superior da economia, visto que o seu confinamento em papel meramente policial provocaria a desordem e o caos social. Por outro lado, a economia dirigida representa um obstáculo para as manifestações da potencialidade inventiva da espécie humana. O ideal seria conceber uma estruturação das sociedades e uma orgânica do Estado tais que a ordem não fôsse antinómica do progresso. Por outras palavras, seria necessário que o equilíbrio social fôsse instável em cada momento, representando tão sòmente a fase preparatória da obtenção de outro estado de equilíbrio, de possibilidades mais latas do que o anterior e tão instável como êle.

Segundo as actuais concepções de Georges Valois, êsse milagre seria susceptível de ser realizado com o Estado Técnico — tipo de organização estatal adaptável à nova idade da humanidade, sendo esta, a seu turno, caracterizada, sob o ponto de vista energético, pela amplificação, sem limites, das funções da electricidade.

*

O Estado penosamente gerado durante o longo período medieval tinha como dirigentes os representantes das classes privilegiadas, tinha como órgão vital a Fôrça

Armada e tinha como finalidade proporcionar vida farta e fácil a uma reduzida minoria selecta do meio social por meio da parasitagem exercitada, quer dentro das fronteiras, quer fora delas. A Técnica daqueles tempos, não encontrando condições favoráveis de desenvolvimento, estacionara em formas rudimentares. O trabalho era tido na conta de um estigma de servilismo e só a carreira das armas e as altas funções eclesiásticas e palatinas eram consideradas como dignificantes. Tais eram os traços mais frisantes do Estado de estrutura militar.

A-pesar-da falta de um ambiente de liberdade, a-pesar-de a cultura, com sua feição exclusivamente humanista, andar arredada das ciências experimentais, a técnica lá foi conseguindo realizar, através dos séculos, progressos suficientemente sensíveis para determinarem a lenta ascensão de uma classe de burgueses que vivia à margem dos benefícios do Estado e encontrava nele o principal obstáculo para melhoria das condições sociais. Para Georges Valois, a Revolução Francesa, êsse grande movimento de libertação tão denegrido pelos pechisbeques do intelectualismo contemporâneo, não foi mais do que o primeiro acto ostensivo duma cadeia de fenómenos político-sociais que tendem a transformar o Estado militar no Estado Técnico — panacea que, segundo êle, está destinada a curar todos os males que ora nos afligem.

Georges Valois definiu o *Estado Técnico* pela forma seguinte: «é órgão que, em nome do interêsse público, governando uma só classe de produtores, coordena racionalmente as actividades criadoras do grupo social e organiza uma prosperidade crescente por um sistema de mútuo constrangimento sindical, em que a pressão operária actua, sem cessar, sôbre os cérebros que elaboram os novos métodos técnicos para obter dêles o progresso contínuo pela ciência e segundo a justiça». Praticamente, as características visionadas por Georges Valois para o seu Estado Técnico são as seguintes :

1) a supressão da parasitagem dos povos uns a respeito dos outros e da parasitagem de uma pequena minoria em relação à maioria de cada povo — o que representaria a definitiva renúncia à guerra externa e a supressão da guerra interna pela redução de todos os grupos sociais a uma única classe de produtores, agrupados, para os vários ramos da economia, em sindicatos nacionais e regionais ;

2) a organização racional da economia de modo a obter-se dela o máximo rendimento possível, o que implicaria a supressão do liberalismo económico e a criação de órgãos de trabalho e órgãos de progresso técnico, uns e outros subordinados à vigilância do Estado que seria, ao mesmo tempo, o elemento de coordenação das forças económicas e de previsão das conjunturas ;

3) a fixação dos preços, em régimen contractual, por meio de acordos inter-sindicais, cada um dos quais exerceria pressão sôbre os restantes e sofreria da parte dêles pressões de sentido contrário com o fim de se conseguir que a energia consumida na produção dos géneros e artigos recebidos em troca de outros, fôsse equivalente à que tivesse sido despendida com a produção dêstes últimos — sendo estas acções e reacções entre os grupos económicos, para o efeito de aumentarem o seu rendimento e diminuírem os seus *prix de revient*, a forma de que no Estado Técnico se revestiria a lei do mútuo constrangimento ;

4) a entrega das funções directivas a técnicos, sendo a sua selecção feita pelos organismos bancários fiscalizados pelo Estado, que, depois de examinarem os diplomas e projectos dos candidatos, os sujeitariam a um período de ensaios e experiências, tendentes à demonstração do valor efectivo das suas capacidades;

5) a remuneração do trabalho de criação técnica em função da energia intelectual gasta e dos resultados práticos obtidos;

6) a existência, a par de serviços públicos directamente administrados pelo Estado, de outros serviços públicos apenas orientados e fiscalizados por êle, a saber — *trusts* para produção, em grandes massas, tanto de artigos e géneros como de energia, e grandes armazens gerais e cooperativas para o exercício da função comercial;

7) a atribuição do Poder Legislativo e Executivo aos seguintes organismos: — uma *Assemblea cívica*, emanação dos consumidores, com um *Gabinete técnico do Estado*, que superintenderia sobre as repartições técnicas, e uma *Assemblea sindical*, representante dos sindicatos económicos.

¿ Que deveremos pensar destas congeminações de Georges Valois? ¿ Teria êle conseguido, de facto, conceber um tipo de orgânica social e estatal em que a ordem pudesse coexistir fraternalmente com o progresso? Somos em crer que nos encontramos em presença de mais uma das muitas ilusões geradas pela sôfrega ansiedade de fazer sair a espécie humana das dificuldades que a assoberbam. Às vezes surpreendemo-nos a «dizer com os nossos botões» que a causa de muitos dos nossos magoados desencantamentos consiste em pretendermos criar sistemas perfeitos, como se a imperfeição não fôsse uma característica comum a tôdas as obras humanas, mas, pelo facto de gerar perturbações e desequilíbrios, não fôsse ainda, em contrapartida, a fôrça impulsadora dos grandes progressos colectivos.

¿ Com o sistema preconizado por Georges Valois acabaria, porventura, a guerra? Imaginemos que o mundo civilizado tomaria a conformação de um aglomerado de Estados Técnicos. Isso não impediria a disparidade de interêsses entre êles, tanto no que diz respeito à disputa de matérias primas como ao assambarcamento dos grandes mercados consumidores. Haveria, por conseguinte, uma *contrainte mutuelle* de nações, como haveria dentro de cada uma delas uma *contrainte mutuelle* de sindicatos. Se a compressão dêstes últimos acabasse por descambar em conflito, existiria sempre um órgão de arbitragem capaz de restabelecer a ordem e de impor uma solução que se lhe afigurasse justa: queremos referir-nos ao próprio Estado. Mas nos choques graves de interêsses entre duas ou mais nações faltaria, precisamente, êsse factor de conciliação. Sendo isto assim, ou a instauração do Estado Técnico teria de ser condicionada pela prévia reforma da Sociedade das Nações, que passaria a dispor duma fôrça eficiente de polícia internacional, ou então o aparelho militar dos povos continuaria a ser para êles um elemento imprescindível de conservação e para a paz mundial uma ameaça permanente.

Desde que a situação se apresentasse assim, haveria sempre que admitir a possibilidade de que um grupo reduzido de indivíduos, embora pertencentes à categoria

dos técnicos, se apoderasse, pela violência ou pela manha, das alavancas de comando do Estado para instituir um governo minoritário, indiferente à vontade nacional. Ora, a oligarquia dos técnicos não seria menos perigosa do que outra qualquer, por isso que tenderia a adoptar um critério de ordem e de conservação oposto ao dinamismo do progresso.

Por outro lado, sendo o Estado Técnico orientado pelo princípio da economia dirigida, tôdas as formas de mútua compressão dos produtores autónomos ou agregados em sindicatos livres, representativos de interesses de classes, desapareceriam automaticamente. Tal facto, como vimos, acarretaria o enfraquecimento do espírito de iniciativa e de invenção. Georges Valois aspira, porém, a que o seu Estado Técnico seja mais alguma coisa que uma esplêndida fórmula de conservação social. E, por isso, se agarra tenazmente à idea de que aquelas modalidades de constrangimento poderiam ser substituídas com vantagem pelas mútuas pressões dos sindicatos que englobariam os vários elementos de cada um dos ramos da economia.

Aqui entramos nos amenos domínios da fantasia. A luta travada entre os sindicatos sob o olhar vigilante e paternal do Estado técnico nunca bastaria para determinar aquelas situações genéticas, caracterizadas por um equilíbrio de que só se pode sair ou pela renovação dos métodos de trabalho ou por transformações e aperfeiçoamentos da maquinaria ou por ambos êstes processos. Porquê — repare-se — a inteligência só dá o seu máximo rendimento em face de problemas graves, como o da indústria que se vê ameaçada de ruína pelo facto de uma alta de salários lhe agravar desmedidamente os custos de fabrico. Então o dilema põe-se cruamente: ou racionalização ou morte. No caso de um sistema económico tutelado pelo Estado, êste nunca poderia consentir que as coisas chegassem a tal extremo. É certo que Georges Valois se fia ainda no incentivo da remuneração para excitar as capacidades dos técnicos. Desde que, porém, êstes se houvessem assenhoreado do Estado, teriam propensão para se entregarem à parasitagem, como tem sucedido com tôdas as classes dominantes; e assim imitariam os magnates da plutocracia que, nas épocas estáveis, curam de enriquecer desmedidamente, sem grandes gastos de energia intelectual.

Acrescente-se a isto que o problema gravíssimo da selecção dos técnicos continuaria sem solução satisfatória no Estado, como o concebeu Georges Valois. Examinando os três processos de escolha em vigor — na economia individual, por hereditariedade; na economia plutocrática, pelos detentores do capital; na economia soviética, pelo Estado — conclui Georges Valois que todos êles são defeituosos, visto que é sempre o capitalista quem designa o produtor. E, para fugir a êste erro, architecta a fantasia, atrás referida, de os candidatos à direcção da economia solicitarem aos chefes da Banca os lugares para que se sentissem indicados pelas suas aptidões, sendo sujeitos a provas experimentais antes da sua definitiva aceitação. Quem alguma vez teve que seleccionar homens para o exercício de funções de responsabilidade não pode duvidar de que êste método não eliminaria a possibilidade de favoritismo e não daria, por consequência, a garantia de que os homens capazes alcançariam sempre os lugares que lhes competissem e de que os lugares seriam sempre preenchidos por homens competentes.

Estado Técnico não é, pois, a construção ideal que os cartesianos desejariam extrair do ventre fecundo da Razão. Nem nos importa, em boa verdade, que o seja. O espírito brilhante de Georges Valois fabricou-o com materiais fornecidos pela análise dos fenómenos económicos e com outros materiais arrancados da pedreira da sua imaginação. É uma hipótese que talvez não venha a afastar-se excessivamente da realidade do dia de amanhã.

¿E as objecções que vimos de apresentar? — perguntar-se-á, porventura. A isso responderemos que os nossos reparos visam apenas a destruir as ilusões que Georges Valois alimenta sôbre o seu Estado Técnico. Durante umas tantas décadas de super-excitação criadora, a desordem, com todo o seu cortejo de sofrimentos, instalou-se no seio das sociedades. Já cansados, os homens desejam veementemente tirar todo o proveito dêste desmarcado esforço, dando-se assim início a uma daquelas fases de estabilidade que se seguem sempre às fases revolucionárias. O defeito do Estado Técnico seria a carência de condições de excitação do espírito inventivo do homem: ora êste defeito quási chega a ser uma virtude nas épocas de conservação. No decorrer destas, vão-se, porém, originando, duma maneira ou de outra, novas desigualdades sociais que redundam em conflitos e activam as capacidades genéticas da espécie humana. Quando se chega a êstes momentos, tem de estudar-se outro tipo de Estado que melhor se adapte ao condicionalismo do meio.

Foi sempre assim e sempre assim há-de ser. E, por isso, hoje se grita — abaixo os políticos! — amanhã gritar-se-á — abaixo os técnicos.

Lisboa, 29-III-935.





VIDA COLONIAL

CABO VERDE

NOTÍCIAS DE SEUS POETAS

POR JOSE LOPES

I

GUILHERME DANTAS

Guilherme da Cunha Dantas nasceu na Ilha Brava do arquipélago de Cabo Verde, a mesma onde também nasceram Joaquim Maria Augusto Barreto e Eugénio de Paula Tavares.

Ocupo-me somente dos falecidos e escrevo segundo as minhas recordações próprias.

Limito-me a dar algumas notícias, que mesmo assim poderão servir de subsídios históricos para estudos biográficos devidamente desenvolvidos. Por isso, não preciso datas na maior parte do meu trabalho. Faltam-me os necessários elementos para as apontar, mas é também certo que as dispensa a índole do presente escrito. Quero apenas ajudar a sacudir um pouco dêsse pó do Esquecimento que recobre os nomes de alguns filhos ilustres da minha terra e dêles memorar sem lhes escrever a história propriamente dita. No fundo de certas recordações domina mais o coração que o cuidado especulativo dos pormenores, e o vocábulo *recordar* em si mesmo o demonstra pela sua origem etimológica. Só neste sentido invoco, ao traçar estas linhas, o velho e revelho mas sempre formoso *scripturus sum* do historiador romano.

Comecei por tratar de Guilherme Dantas por êle ser, na ordem dos tempos, o mais antigo (se não estou em êrro) das poetas caboverdeanos.

Nasceu na Brava como já disse.

Muitas das suas poesias veem firmadas só com o nome *Guilherme da Cunha*,

que, ao parecer, mais geralmente usava; mas em nossas ilhas é mais conhecido por Guilherme Dantas ou simplesmente o Dantas.

«A Itália tem o seu Dante,
«E Cabo-Verde o seu Dantas
.....
.....

Existem ainda na Brava (penso que também na Ilha de Sant'Iago) parentes do nosso notável poeta.

Conheci pessoalmente Vitorino Dantas, irmão dêle. Conheço de nome Dona Maria Dantas, da Brava, prima muito querida do nosso vate. Deve ser ela, talvez, a *M. D.* a quem dedicou a poesia *Souvenir*, versos dos mais formosos que escreveu sob uma epigrafe de A. de Musset e publicados no antigo, histórico e saudoso *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*,—livrinho ao tempo muito festejado e cenáculo de poetas e prosadores de Portugal e do Brasil. Não posso indicar o ano: mas deve ser entre 1880 e 1886.

Não tínhamos em Cabo Verde jornais permanentes nem revistas de qualquer espécie.

Era o *Luso-Brasileiro* o teatro dos nossos ensaios literários, o Hélicon hospitaleiro das nossas Musas hesperitanas.

Teria muito que dizer neste ponto, mas não é meu tema, e por isso, como Tácito, *ad incepta redeo*.

Ainda adolescente, Guilherme Dantas foi cursar na Metrópole a Escola de Mafra, sob o régio patrocínio de D. Pedro V.

Ia com êle, e foi seu condiscípulo, um conferrâneo e contra-parente, José Fernandes Henriques Moniz, que mais tarde exerceu em Cabo Verde, na Ilha de São-Nicolau, com a mais alta proficiência, o cargo de professor da Língua Portuguesa.

Moniz formou brilhante pleiade de jovens caboverdeanos, entre os quais o mimoso poeta Joaquim Maria Augusto Barreto, que o mestre, tcontudo, não conheceu a fundo e veio a deslumbrá-lo mais tarde com os fulgores do seu talento, como poeta e jornalista, quando brilhou nas colunas de *O Independente* (o primeiro periódico dêste nome publicado na Cidade da Praia). Moniz deve ter leccionado na capital de Cabo-Verde antes de ter ido exercer o magistério em São-Nicolau, onde Augusto Barreto, que eu saiba, nunca viveu.

Foi em Mafra que o Dantas contraíu, como consequência de um banho frio, a surdez, fatal enfermidade que, como a Beethoven, lhe encheu de amargura a existência e determinou sombrias alterações no seu carácter.

Na Praia era mesmo conhecido por *o surdo*, e às vezes com falta de respeito ao seu infortúnio e à magestade do seu talento, por parte de ignorantes ou despeitados, aqueles que a sua ironia, filha da doença e dos amargores da vida, por vezes faretrava. Porque o poeta também tinha veia satírica. Era como Horácio. Cantava amores, mas sabia ferir quando se revoltava contra certas pessoas e certas cousas, êle que, por natureza, era um revoltado da sorte...

Conheci Guilherme Dantas na cidade da Praia no dia 20 de Novembro de 1887. Eu chegara ali, pela primeira vez, a 17 dêsse mesmo mês e ano. Eu tinha quinze anos. Êle devia ter, pelo menos, 40, a julgar pelo seu aspecto.

O nosso encontro foi cêrca das 20 horas (como hoje se diz) em casa de D. Júlia Maria Leite, onde me hospedava, situada na rua do Corvo e quási em frente do Quartel.

Ansiava, havia muito tempo, por conhecer em pessoa o que era considerado príncipe dos poetas da minha terra. Foi grande a minha alegria. Compreende-se o resto...

Fiz-me compreender por sinais e por escrito.

Estou a vê-lo nessa mesma noite inclinado a meu lado sôbre a mesa a escandir versos meus, — o acróstico por mim composto do seu nome. Estou a vê-lo, a medi-lo pelos dedos e a um tempo murmurando as sílabas. Estou a vê-lo, bem presente, tez alourada, cabelo castanho claro e anelado, olhos da côr de certos topázios, tristes e vagos, a inseparável luneta, o chapéu de côco e o tambem inseparável fraque, a bengala de cerejeira e as botas fortes. . .

Depois disso encontrámo-nos muitas vezes e passeámos juntos pela cidade. Muito amoroso, lembra-me ter-me êle apresentado, uma tarde, numa casa de família de que fazia parte simpática menina a quem muito queria. Era na larga rua de Sá da Bandeira, à direita, quando se segue a caminho do Mont'Agarro. Lembro-me da menina, mas não do nome dela.

Visitei-o um dia no seu quarto, à Bateria, próximo da rampa que conduz à Praia Negra. Um modesto leito, uma simples mesa, alguns livros, paredes alvas e nuas, pequena estante e papeis em desalinho. Devia ser assim o quarto de Álvares de Azevedo, que a descrevê-lo disse :

Reina a desordem pela sala antiga.
.....

Num dos panos das paredes o Dantas afixara um cartão onde estava impresso aquele lugar de Guerra Junqueiro :

Mas triste de quem vai por êste areal deserto,
Triste como Caim.....
.....
.....

Êsses versos de Junqueiro definiam a psicologia do nosso notável poeta, aquela melancolia, aquela ânsia insatisfeita, aquele desespêro que foi tôda a sua vida. . .

Simbolizavam o estado habitual do seu espírito, criado pela surdez, a pobreza, amores sem finalidade possível, que êle também teve, a contemplação de um mundo tão diferente do que êle sonhava, o desalento e o tédio da vida, — o Weltschmerz —. Sim. . . Êle também podia dizer como Antero :

Recebi o baptismo dos poetas.
.....

Guilherme Dantas exercia na Praia o modesto emprêgo de amanuense da Fazenda Pública. A Repartição era, como ainda hoje, na ala esquerda da Secretaria.

Eu era soldado, prestava o meu honroso serviço militar na 1.^a C.^a de Polícia, mais tarde extinta, e assim via muitas vezes entrar e sair o nosso poeta nos dias em que eu fizesse parte da guarda à Secretaria. Nos baixos era então a cadeia comarcã. O pelotão de serviço vigiava também os presos; mas o prêso mais infeliz era o que trabalhava lá em cima na Junta da Fazenda, prêso das doenças e das mágoas que em poucos meses o levaram, penso que para melhor mundo...

Trocávamos versos, às vezes, por essas ocasiões. Um dia mandou-me êle numa tira de papel almasso :

.....
.....
Ai! foge dos versos! não queiras! não ames!
.....

Dos formosos endecassílabos (êle fazia-os admiráveis) só êsse me ficou de memória. Esqueceram-me os outros.

Estávamos então em 1888. Governava Cabo-Verde o Dr. João Cesário de Lacerda.

Em ventoso dia de Março dêsse ano estava eu no Hospital da Praia a tremer sezões num leito da Enfermaria n.º 1, que ficava ao lado do corpo principal do edifício, à direita de quem entra. Fui encontrá-la em ruínas em Agosto de 1931.

Soube ali que o Dantas dera entrada, muito doente, no Hospital e se encontrava num quarto da chamada Barraca. Não me era possível ir vê-lo. Dias depois entra na minha enfermaria o servente Centejo (pronuncia-se o j como no inglês *James*) a dar-me a fatal notícia que o ilustre poeta acabava de falecer...

Não posso descrever o que então senti naquele triste e ventoso dia de Março de 1888...

Na manhã seguinte corri à janela da enfermaria, a que ficava mesmo ao lado do meu leito, à cabeceira, e olhava mesmo em frente para a ampla porta da casa mortuária, separada poucos passos da enfermaria. Já lá tinham depositado o cadáver, envolto num lençol, tristes despojos dum homem ilustre. Estava só... Ninguém o velava na ocasião, excepto eu, do alto da minha janela, excepto a minha Dor e as minhas lágrimas.

Estava tudo acabado. Chegara enfim a morte libertadora, pela qual havia muito suspirava. Há quem diga, há mesmo quem afirme que o poeta a procurava, afogando a vida naquilo a que Álvares de Azevedo, como êle discípulo de Musset, chamava «o sangue do génio»... — É de crer, e muito infelizmente.

Alguns anos antes o Dantas visitara a Ilha de S. Nicolau de Cabo-Verde (minha ilha natal). Hospedara-se em casa do amigo e antigo condiscípulo J. F. Henrique Moniz, de quem já falei. Um dia fizeram uma digressão ao interior. Ia o poeta no fragoso caminho do «Salto», mal aberto em rocha viva, medonho aclave debruçado da frágua, de releixo em releixo, de alcantil em alcantil, sôbre o mar, que rugia

lá no fundo. O nome indica a natureza daquele passo. Ia o poeta descendo a cavalo e em dado momento tombou para o lado do precipício e caiu. Mas providencial penhasco impediu que êle rolasse fragas abaixo. Milagre foi que assim acontecesse. Acudiram-lhe logo, e êle, quando se levantou, apenas disse com profundo sentimento nas palavras: «Que pena eu não ter morrido aqui!...»

Ouvi de pessoa fidedigna esta versão. Como já disse, e repito, não tenho ante mim uma informação, qualquer dado escrito, qualquer apontamento. Escrevo citando tão sòmente o que vi e ouvi: *Documentum ex memoria mea mihi sum egomet.*

Não sei se o funeral do ilustre poeta foi tão concorrido como merecia. Os de Mozart e Baudelaire não o foram... Dir-se-ia... que não tinham morrido! E êle, como êles, em verdade não morrerá. O espírito sobreviveu e o nome, iluminado pelos clarões da glória. Honrou-lhe os restos mortais com piedosas exéquias Hipólito Olímpio da Costa Andrade, grande talento, espírito superior, advogado de alta fama e amigo dedicado do poeta, de quem escreveu o merecido elogio.

Hipólito Olímpio, cuja amizade me foi dado também cultivar, era natural da Ilha da Madeira e morreu de proecta idade na cidade da Praia, onde exerceu com grande distinção os mais importantes cargos. Era tão gentil de sua pessoa e maneiras, que o povo até lhe chamava «o Fininho».

Foram também amigos sinceros de Dantas, entre outros, o poeta Luís Medina e Vasconcelos e Leão de Vasconcelos. Foi também seu contemporâneo e amigo o poeta Augusto Barreto. Êste, porém, morreu primeiro, alguns anos antes e muito novo.

Guilherme Dantas desaparecia do número dos vivos no momento em que nasciam para as Musas Eugénio Tavares e Januário Leite e eu próprio ensaiava os meus primeiros versos.

O Dantas é um romântico. Nascido e educado em plena época do romantismo, seguiu a corrente literária do tempo e foi distinto representante dessa Escola. Mas, engenho poliformo, cultivou vários géneros sem a preocupação exclusiva das chamadas Escólas Literárias.

Cada século tem as suas ideas e *maneiras* particulares e características de as exprimir. Isto não justifica em absoluto quaisquer preferências nas letras e nas belas-artes, e cada autor ou artista pode criar obra notável no seu tempo, segundo as suas tendências innatas (com dois nn), a essência numérica do *eu*, e ainda cedendo às influências mesológicas predominantes, sem que deixe de ser bom e perdurar o que de bom legar a novos tempos, de novas ideas e novas *maneiras* de expressão. O que pode ocorrer é o *desinterêsse colectivo* de cada novo século, época ou Escola, segundo as *tendências gerais*.

Não podemos condenar e destruir a obra perfeita de um romântico, ainda que o romantismo tenha passado, se passou em absoluto: porque os recalcimentos são sucessivos e constantes de século para século, como que uma cadeia de ressurreições. A linha não pode ser uma só, em sentido único, quando os fenómenos da alma variam a cada momento e a cada sensação e hão-de exprimir-se por modos diversos, assim como por modos diversos reagem sòbre o *mahat* e se manifestam, por isso, diversamente. O que foi verdadeiramente belo no Passado, ainda o mais remoto,

sê-lo-á sempre em *em si mesmo*, ainda que tenha deixado de existir o *interêsse contemporâneo*.

Goethe (e era Goethe) não podia acertar com o marco de separação entre Romantismo e Realismo. E ainda agora Dumesnil repercute o brado daquele grande Pensador, a quem Napoleão I disse só isto que quere dizer tudo : «Monsieur Goethe ! Vous êtes un homme !...»

Ora, Guilherme Dantas é, no fundo, um Romântico e um Lírico, já pelas suas tendências *innatas*, já pelas influências predominantes no tempo em que viveu. Dêle ficaram versos *que ficam*. Chegou ao meu conhecimento que reunira a sua obra poética num volume sob o título «Noites de Cabo-Verde». Se o tinha, não mo mostrou nem deu a ler.

Hipólito Olímpio devia ter recolhido o precioso trabalho e outros manuscritos do poeta.

Não surgirá quem procure arrancar do pó do Esquecimento essas pérolas literárias ?

Êle devia amar muito a sua Brava, de que viveu e morreu êxule. Eugénio Tavares deixou-nos bela página onde nos conta de como o surpreendeu em dia sentado numa encosta, pensativo e triste, com os olhos mergulhados na beleza daqueles panoramas de flores e nevoeiros da sua Ilha, nevoeiros que cantou em versos encantadores e lhe faziam lembrar, como escreveu,

Um véu de noiva que entra numa igreja.

Lembrava-se da mãe com ternura. Era filho extremoso. Por isso cantou as mães. Ouçam o rouxinol na poesia «As mães» :

Que vate ? que lira ? que sons peregrinos
Vos sabem cantar ?
Ó mães ! só os beijos dos louros meninos
Vos podem louvar !

O céu tem estrélas e a terra tem flores
De esplêndido véu.
Vós tendes sorrisos, vós tendes amores
Da terra e do céu !

Muitos dos seus versos são divinalmente eróticos. Êle era um apaixonado, mais infeliz por ser doente e pobre. Vinha-o minando, há muito, a lesão cardiaca, mal a que sucumbiu. Leiam os seguintes trechos da poesia «Souvenir» dedicada a M. D. :

Tu padeces do mal que me devora
E ambos olhamos para a sepultura;
Que tesouro perdido, que ternura
Enterramos, Senhora !

Destino miserando ! Em vão na Terra
Buscamos com anseio a gota de água
Que a pomba encontra na mais dura frágua
De alcantilada serra !

Em vão, em vão tivemos, um momento,
Sedentos, a miragem do Deserto,
A cabana, a palmeira, o lago perto,
Na cabana um assento !

Por estes formosos passos pode avaliar-se a poesia dêle. Os seus versos são sempre bem medidos, certos, seguros e unguídos, quando amorosos, de inexcedível ternura.

Êsses amores impraticáveis (repito) contribuíram muito para o seu triste fim. Em outro lugar canta :

Tornei a ver-te qual eras
Naquela quadra ditosa
Em que a criança mimosa
Tinha doze primaveras.

Depois veio abril formoso,
A bonina fêz-se flor,
E senti no peito ansioso
A eterna canção do amor.

Já leram alguma vez versos mais perfeitos e repassados de mais suavidade e ternura ? Que delicada sensibilidade !

Às vezes num simples acróstico afirmava o grande poder do seu estro. Citarei apenas o que escreveu do nome Regina e que começa :

Rasgo a tela, o pincel e a pena quebro
.....

Versos mimosos, cuja música faz lembrar e cujo estilo faz evocar a forma de Maciel Monteiro (Itamaracá) no célebre soneto «Formosa».

Em certas ocasiões o Dantas parecia esquecer ou procurava iludir a sua constante melancolia e compunha então versos chistosos. Pertence a esta classe o soneto «Um almoço» dedicado a Francisco Xavier Crato, um dos seus melhores amigos e que ainda vive.

Convido-te a almoçar, amigo Crato
.....

Enumera em seguida as iguarias com que há-de banquetear o amigo, mas exclama no verso final :

Mas, ai de mim ! não passa de um soneto !

Os versos «O cavalo do Hospital» dão a medida da sua ironia. Esta era tão

fina, às vezes, — dizia-me pessoa que o conheceu mais de perto — que chegava ao asteísmo, que reslumbra, por exemplo, no seu «Soneto a S. Guilherme».

.....
Ai, abade padrinho ! que fadário
O teu nome ligou a um pobre verme !
.....

Outras vezes, porém, sopravam-lhe rajadas de desespero, e lá soltava uma blasfémia à Baudelaire, como no soneto em que pinta a Praia a arder em calma pelos mordentes sóis do verão. Fecha-o com êste verso :

Eu dera a alma por um pinto ao diabo !

Guilherme Dantas sabia bem a nossa língua, cujas particularidades conhecia a fundo, como observou Hipólito Olímpio em mais de um escrito. E era juiz competente para o dizer. Não valia menos como prosador. Nas colunas do primeiro «Independente» e em outras publicações deixou páginas elegantes, escritas no mais fino vernáculo. Foi também temível polemista, menos suave que Augusto Barreto, menos contundente que Eugénio Tavares, porém mais ironista que os dois.

Em prosa escreveu também «Os Embríões» e diversos artigos de crítica literária, vestígios indeléveis dos seus talentos.

Em noites e noites o então Teatro Africano da Praia (hoje Teatro Virgínia Victorino) aplaudiu retumbantemente os seus versos em récitas de Caridade e outras, aplausos que, como Beethoven, êle podia *sentir*, mas não *ouvir*...

Conhecia bem a língua francesa. Lamartine, Hugo e Musset eram os ídolos da época. Do último deixou primorosas traduções, como aquela que começa :

Estréla ! tu que desces na colina
Argêntea e triste lágrima da Noite
.....
.....

E devo indicar mais uma, a do célebre soneto (de Musset) cujo final o nosso poeta verteu assim :

E tu terás então por tôda a parte
Para suster-te a minha mão amiga,
Meu terno coração para adorar-te.

É um mimo, e o leitor hesita entre o original e a versão, como se disse de Pope ante a sua tradução da «Iliada» de Homero, como de Chapman, outro poeta inglês, se disse também, com igual fundamento, e ainda como de Gérard de Nerval se afirma em face da sua versão do «Fausto» de Goethe.

Devia conhecer também a língua de Byron, modêlo de Musset e de Álvares de Azevedo, cuja divisa era o grito de desespero do poeta do «Don Juan» :

'Tis vain to struggle ; let me perish young !

.....

Tal foi Guilherme Dantas. Nas linhas que deixo escritas, alguma coisa poderá interessar ao investigador que um dia pretenda compilar-lhe as obras e traçar-lhe a biografia. Para isso (repito) é importante fonte de subsídios a colecção, que não possui, do «Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro».

Êle foi excelente poeta e, como homem, um grande desditoso. Os seus infortúnios deveu-os êle em parte à natureza e em parte à sociedade, segundo aquella *regra fatal* a que poucos escapam, — *rari nanles* —, aquella misteriosa lei que Vécano, Hautsky e Winiarsky, entre outros, tão sàbiamente definiram.

Ante a geral indiferença e ingrato olvido esta simples comemoração a mim próprio me consola e absolve.

Descrevo o poeta conterrâneo como o vi, senti e compreendi. A nota mais pungente é a da sua morte, como já a narrei; mais pungente para nós, não para êle, para quem a Terra era bem a prisão como lhe chamou Goethe e a pavorosa *Mialba* dos Lamas tibetanos...

Estendido, morto, o lençol que o cobria pareceu-me clâmide de estátua grega... Só tinha descobertos a cabeça e os pés, brancos de palor. Aquela (tão serena!...) mergulhava agora na glória e estes deixavam de repisar espinhos. E foi na Praia, na manhã dum ventoso dia do mês de Março de 1888. Paz à sua alma.

S. Vicente de Cabo-Verde
Março de 1935.





VIDA LITERARIA E ARTISTICA

PARIS EM 1934

POR ABEL SALAZAR

I — O LUXEMBURGO

Um dia de sol, o primeiro de luz franca e aberta desta Primavera em Paris. Primavera em nome, pois que as árvores projectam ainda nos ares ou nas fachadas das casas a ramaria do seu esqueleto nu. É pálido ainda, luarento e clorótico, êste sol primaveril: no entanto, é tão beatífico, duma tal magia, após os longos dias de chuva ou bruma ou céu teimosamente plúmbeo, que me fui, como um lagarto ou como um bom burguês, flunar no Luxemburgo, numa preguiça voluptuosa de gato exilado. E reparo que não há, na multidão que povoa o Luxemburgo, nenhuma nota discorde de côr: quási tudo de negro e entre estes negros, notas de vermelhões, de verdes, de ocres, que o animam e fazem, no palor do sol, uma palpitação impressionante de tons. Por entre a ramaria nevoenta e ferruginosa, os edifícios, ao longe, vistos como por transparência, são de claro ocre esverdinhado, duma brancura mate, como os velhos ossos ou o marfim; ou então, são negros, mas na bruma pálida da luz, através da gaze do arvoredado nu, são azues, dum azul ferrete e cendrado.

Para além e acima do arvoredado, os altos tetos de ardósia projectam-se num céu azul, tão pálido e agónico, tão luminoso e nuancé, que a sua verdadeira côr, fugidia e cinzenta, se não pode definir.

O Palácio, ao fundo, pesa com a massa da sua mole silenciosa. É dos edifícios parisienses mais agradáveis; a seu lado o Louvre é demasiado carregado, pejado de ornatos, a Ópera em excesso ostentosa e rica, em excesso estilo «banqueiro», como disse alguém: — e já não quero lembrar-me dessa obra-prima de mau gosto pomposo e solene, dessa tremenda estopada teatral, dum grandioso repuxado à sustância, que se chama Versailles. Nenhuma comparação mais elucidativa que a de Versailles com o Luxemburgo. O caracter teatral, «importante», burocrático e monárquico, domina em Versailles.

Há um não sei quê de burguesismo que deseja ser grandiloquente, que lembra

o homem pequeno esforçando-se por ser alto ou os repuxamentos de estilo dum correspondente de província. Tudo aquilo é artificial e vasto, opereta com pretensões a coisa séria, um não sei quê de ambíguo e duvidoso, que irrita. A concepção architectónica é indecisa, mole, pesada e sem inspiração; e tudo se apoia no décor, no luxo, no vistoso e brilhante, num esforço visível de fazer grandioso, que resulta em cenografia de ópera. Por mais que os franceses se esforcem em nos falar do Grande Século e do Grande Rei, cada vez mais pobre e artificialmente vazia parece esta época. Amorfa e sem alma, ela nem francesa parece; é a mais «italiana» de todas, empregando êste têrmo no sentido da declamação vazia, do teatral pomposo. É bem mais francês e agradável o castelo de caça de Luiz XIII, de pedra e tijolo, que foi o núcleo desta imensa insipidez que Maillart chama «des constructions majestueuses d'une magnificence incomparable»! Êsse estilo que o mesmo autor considera como um dos mais admiráveis, dos mais perfeitos, e ao mesmo tempo dos mais originais que a arte tem produzido, só pode iludir um francês chauvinista.

Tem a sua expressão simbólica no insuportável retrato de Luiz XIV, de Hya-cinto Rigaud, exponencial completo desta pomposidade enfática, grave e conselheiral, duma vacuidade fria, que é a arte de Versailles. O Luxemburgo, como dizia, faz contraste. Simples e severo, sem sobrecarga de ornatos, domina pelas suas linhas, pela disposição das suas massas. As fachadas são animadas pelas saliências e reentrâncias dos seus corpos e pelas ranhuras paralelas que jogam em combinação com os tambores das colunas. Estas ranhuras dão à superfície das fachadas animação e variedade, suprimem a monotonia, demasiado severa, das superfícies nuas. Menos severo e nobre que o pallazzo italiano, tipo Farnèse, é porém mais elegante e animado. Com o Domo dos Inválidos e os palácios da Concórdia, o Luxemburgo, depois do Louvre, é o melhor que tem Paris em matéria de architectura profana. Mas esqueço o Luxemburgo para entretido seguir as diabruras dum bébé loiro, branco, papudo e rosado como os de Rubens. É dum loiro quási de leite, que só se vê no norte. Na luz pálida do sol, o miúdo, vestido de verde, é importante e autoritário, a-pesar de pouco seguro ainda nas suas pernas potelées.

A luz está parada, extática, e cada vez mais beatífica. O céu, dum cendrado cobalto rosado, desce sôbre os edifícios numa bruma rosada, com o domo do Pantheon desenhado em neutros azulados duma imaterialidade fluida. E a luz empalidece ainda, como se fôsse extinguir-se; há bruma que se não vê, porque a própria atmosfera se diria névoa, como se uma pálida e rosada poeira aí estivesse suspensa.

II — FONTAINEBLEAU

Um Domingo de Junho, estuante de sol e exaltado de calor.

A brutal crueza da luz, sob as reverberações do céu quási branco, a excessiva definição de tudo, arvoredos, casarios, bosques ou jardins, a bárbara materialização da paisagem, a evidência luminosa das coisas, que as sombras marcam duramente, é tão dura hoje aqui, como nos países meridionais.

O mesmo prosaísmo banal, de sol e pó, de luz em reflexos metálicos no arvo-

redo, de chapadas em incêndio nos campos e nas estradas: — e a onda de calor faz sair para o ar livre um formigueiro humano suado e em abandonado vestir, um caos agressivo e cacofónico de vestuários, com êste ar de romaria que fatiga e irrita. Por tôda a parte, tudo, afogado em excessos de luz, se reflecte e escalda com reverberações brancas, com incêndios de sol em orgia crestando calçadas, bosques e searas.

E foi-se, com êste ambiente de romaria meridional, com esta orgia bêbeda de luz, todo o charme da paisagem parisiense: — Paris desapareceu, não é já mais do que banal cidade do meio-dia, queimada de sol, e pejada dum formigueiro suado, ruidoso e agressivo de côr.

Feira de sol, de gente, de coloridos e de barbaridades: — tôda a brutal *mise-en-scène* dum domingo tripeiro ou lisboeta escaldado de sol, cego de poeira e oleoso de suor.

Sem bruma e sem névoa, neste agressivo silêncio meridional de luz, Paris não é Paris, mas qualquer cidade do meio-dia afogada em pó e em calor. Ela é então duma trivialidade chocante, a capital da França, e todas as suas mazelas avultam, se mostram, numa insolência que choca. As fachadas enegrecidas e sujas, suadas de breu, a cacaria leprosa das paredes, suas velhas ruas, a sujidade chocante das ruas, o geral *pirismo* da sua população, deselegante e plebea, — tudo então avulta e se acentua numa insistência que surpreende.

A Avenida de Itália, e a estrada de Fontainebleau, que conduzem a esta povoação, é uma feira da ladra sórdida e suja, mercado imundo de trapos e misérias, caccaria, onde formiga a multidão; e a Zona, sob êste sol implacável, que tudo revela, é mais do que meridional, quasi oriental, na sua miséria podre e piolhosa. Sôbre ela, tão imunda e sórdida, como o nosso Minho ou o nosso Douro, o sol, que devora tudo, tudo parece reduzir a pó, calor e suor.

Eis, porém, que numa transição brusca, a magnífica estrada asfaltada, mergulha nas sombras da floresta, verde e azul, na massa compacta do seu arvorêdo.

Fontainebleau dir-se-ia um parque, onde surgem, a espaços, caprichos rústicos de habitações afogadas na sombra da vegetação, estalagens e hotéis, restaurantes e refúgios, quasi invisíveis nos seus ninhos de verdura. A espaços o sol consegue penetrar na massa do arvoredado, e os troncos negros desenham-se de encontro a rendas de folhagem que se diriam em fogo; amarelos incandescentes, verdes-cromos em fusão, incendeiam a floresta, ardem nas clareiras, e morrem nas sombras em difusão de luz.

Por fim o Castelo apparece, com as suas velhas pedras calcinadas de sol, e comidas do tempo. E é uma desilusão, porque nada tem aspecto menos imperial do que esta grande quinta de fidalgo rico: — Fontainebleau é para Versailles, o que o solar dum fidalgo é para o palácio dum nababo.

O interior surpreende pela mediocridade, pelo desconchavo do plano, e pela pobreza do conjunto. Os aposentos de Napoleão são autenticamente pobres, duma pobreza que impressiona e quasi constrange. Logo de entrada, numa saleta quasi *pires*, o lendário chapéu negro, fechado numa vitrine, desola pela derrocada interior que produz na imaginação que se habituara à lenda deificada... Oh! o pobre chapéu,

porque antes não ocultá-lo, e deixar a fantasia a sós com os seus espectros? Os aposentos chamados de Maria Antonieta são um pouco mais elegantes e mais ricos, mas bem modestos para o que a imaginação concebia; porque não é esta sobrecarga de ornatos e todos estes retorcidos oiros que conseguem esconder a pobreza real da matéria e da arte: alguns moveis curiosos, algumas tapeçarias de preço, e eis tudo.

Depois, cubículos; e após os cubículos, as salas de aparato, a Sala de Baile e Galeria de Henrique. E a impressão é dolorosa, pela pobreza absoluta de toda esta pompa falida, que lembra os esforços penosos da pobreza que quer ostentar pompas. Mármore fingido, oiro fingido, preciosidades fingidas; e, como em todo o palácio, nenhuma riqueza verdadeira de arte ou de matéria. Depois o que há no castelo de melhor ainda são os restos da arte de Luis XII: tectos em caixões, alguns móveis, tapeçarias. O resto, império do tempo de Napoleão, é árido e insípido; e o *italianismo* rocóco de Primaticio, as seus estuques e pinturas, são duma inferioridade abaixo de toda a crítica. É a decadência italiana na pior das suas formas, instalando-se, enfática e prolixa, ante as hesitações da arte francesa titubeante e o dogmatismo do Império: tudo isto forma um amálgama confuso e discorde que, junto à mediocridade das salas e à pobreza da matéria, deixa uma impressão de riqueza falsa, onde, sob a pretensão falida, fica a nú a miséria quasi *pires* de certos aposentos e salas.

Nada menos imperial, com efeito, que a Sala do Trono, de Napoleão; nada menos realengo que as grandes salas de aparato; — nem pelas dimensões, nem pelo luxo, nem pela pompa, este conjunto corresponde à idéa que a imaginação forma de Fontainebleau.

Nada há neste castelo que se compare, como arte e matéria, à sumptuosidade surda e amortecida de certas salas do Louvre, ou, noutro género, ao charme medieval dos aposentos em penumbra gótica do pequeno Cluny.

Fontainebleau é um titubear constante de hesitações architectónicas e uma aspiração realenga que não chega a definir-se e a realizar-se. Versailles é agressivo e teatral, na sua pompa espelhenta e enfática, porém, nítido e claro, satisfeito de si: — Fontainebleau é a falência duma pretensão de pompa, de arte e de luxo.

Não consigo arrancar os olhos destas madeiras pintadas em fingimentos de mármore; há detalhes obsessivos, que destroem qualquer conjunto; e, assim como uma pessoa que uma vez mentiu difficilmente consegue depois fazer-se acreditar, assim já quasi é difficil, depois desta burla, tomar qualquer coisa a sério, neste castelo famoso. A sua fama histórica compreende-se, mas não a sua celebridade architectónica; se o edificio é interessante pelo que nos diz relativamente à evolução da architectura franceza, como obra de arte em si produz uma desilusão absoluta.

Um salão chinês, hoje museu, é como um aperitivo no meio deste desapontamento. Lacas, bronzes, jades, kakemonos, armas, bandeiras, estandartes, coisas fantásticas de paciente chinezismo, maravilhosas faianças e potes imensos, miraculosos de côr e fantasia, móveis lacados, monstros, quimeras, em horríveis esgares, objectos de oiro carregados de pedrarias ou de extenuante trabalho em repoussé, de exaustivos desenhos em abertura de talhadeira, todo o pandemónium retorcido, contorcido, exaustivo e desconcertante, da arte chinesa.

O conjunto do salão é duma riqueza surda, negro e oiro, dum gôsto fantástico mas indiscutivelmente artístico no seu exotismo misterioso: e os bronzes, as lacas, as porcelanas e ébanos, casam-se em maravilhosa harmonia de tons quentes fundidos no caprichoso arabesco do seu detalhe em tortura.

A atracção que exerce esta arte estranha, sempre exótica a-pesar-do hábito, é profunda, mas inquieta: o ritmo das suas linhas e a orquestração da sua côr, o fundo psicológico da sua concepção, ficam sempre fora e além da emoção ocidental, como um fenómeno singular que surpreende, fascina, mas não convence. O espectador curioso e encantado admira, examina, surpreende-se, mas permanece exterior a esta arte de que, na realidade, não vê senão a expressão periférica: o fundo da sua concepção escapa-lhe. E' para o europeu um diletantismo exótico, que fascina pela inversão das coisas, mas não um sentimento profundo de sugestão artística, que conquiste a alma; e assim, depois das variadas gamas porque passa o diletantismo mais ou menos agudo e sensível do espectador, sempre, ao findar, se sente como que um écran descendo entre êle e esta fantasia paradoxal em delírio. . .

Há nesta arte exótica elementos, detalhes, que o europeu sente e compreende; a beleza duma laca, a maravilhosa preciosidade das faianças, o singular pitoresco das paisagens, a riqueza caprichosa dos bronzes: — mas a síntese, o conjunto, no seu contorcido espasmo, de curvas e recurvas em choque e delírio, o esgare monstruoso destas quimeras, o deboche ébrio de garras e contorções, de escamas e espinhas de monstro, a alucinação em fúria de detalhe tropical em que tudo se torce, contorce, se engrena, enlaça e retorce, e lepra furiosa e pletórica do ornato em delírio de capricho — êste grande esgare torturado da arte chinesa, o europeu não o pode sentir, mesmo quando o consegue compreender.

Tudo isto roça pela mascarada, depois de atingir o mais subtil requinte e descamba no grotesco; depois da mais exausta harmonia; tudo isto gira, em turbilhão, do exquisito capricho ao esgare de palhaço e descamba no barbarismo, no hediondo, mesmo na estupidez, depois de passar por subtilezas dum requinte milenário. . .

Neste entrechocar de impressões desconexas, paradoxais e disparatadas, o sentimento por fim fatiga-se e, em definitivo, uma impressão perdura, difícil, mas que, a meu ver, está por inteiro contida nestas palavras — «chinesice», «chinoiserie». . .

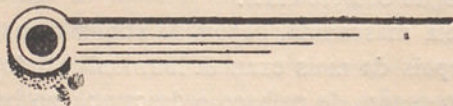
E' com esta «chinesice» nos sentidos que me vejo no parque, sob a onda de fogo dum sol branco; — as águas entorpecidas dormem e o arvoredo parece estuar, exausto, sob o duche incendiado. As sombras atenuam-se sob os fulgores difusos reflectidos da incandescência branca, e lá nos ares o céu está como calcinado. A crua brutalidade desta luz plena, em deboche de fulgores, tira ao parque tôda a sua magia, que é a sombra, a penumbra verde e o esfumado da distância onde se perdem as perspectivas. Assim, êle não produz outra impressão que não seja a dum quintalório de brasileiro minhoto, crú de sol e asfixiado em pó, onde sua um homem barrigudo, em mangas de camisa, sob uma latada. . .

E é tão pouco imperial esta impressão, que a fadiga me invade e depois duns momentos de hesitação, passados deslumbrantemente num banco, cujo assento es-

calda, fujo para a povoação, enfio para uma camionette, e safo-me para Paris, antegozando o prazer dum quarto em penumbra, e dum banho...

Mas a camionette é um forno, que parece caminhar noutro forno aquecido ao rubro branco; e o movimento elástico da carruagem produz êste torpor estranho que é já sono, e ainda deixa ver e sentir...

...E o pesadelo começa, estranho, paradoxal, com fragmentos esvaídos e infernais de sonho interferindo com lampejos de cenas reais, ébrias de sol, tão intensas que se tornam pálidas, moribundas, na retina anestesiada: — e tudo dança, em trémulos, se esvai e esbate, se dissolve, como um cenário visto atrás do fumo, como um nevoeiro onde dança um sol ébrio, iluminando fantasmas.



VIDA INTERNACIONAL

Política Internacional e Política Naval

POR CESAR FERREIRA

Acaba de aparecer a público um notável trabalho do comandante Pereira da Silva *Política Internacional e Política Naval* obra de grande vulto e verdadeiramente sensacional sobre todos os pontos de vista.

É, por assim dizer, o trabalho que acabamos de ler, uma visão, ou antes uma super-visão de todos os principais acontecimentos mundiais enredados nas enormes transformações porque está passando a humanidade, e tôdas elas mais ou menos ligadas à Política, à Política Internacional, e mais directamente, à Política Naval.

Abrange êste estudo um período muito curto da vida actual, dois anos simplesmente, desde 1933 aos dias de hoje; mas nem por isso deixam de ser extraordinárias, as mudanças, as transfigurações e as metamorfoses, porque passaram os homens e os acontecimentos.

É um perturbador caleidoscópico que o Comandante Pereira da Silva soube apresentar com as variegadas côres da sua extraordinária cultura e interessante e atraente maneira de dizer.

Dividiu o seu autor êste trabalho em três partes: 1.^a *Política Internacional*, 2.^a *Política Naval* e 3.^a *A concretização da Política Naval na época presente em diversas nações marítimas*, com umas prévias *Considerações preliminares*.

Nestas Considerações declara o autor, numa bem justificada previsão, que o «mundo está atravessando um período de grande transformação»... que, «causa-nos a impressão que se caminha para um mundo novo, num ritmo cada vez mais acelerado, diferente daquele em que actualmente vivemos, já hoje de aspecto inludivelmente diverso do que era nos princípios do presente século».

É assim mesmo; não há dúvida nenhuma que se caminha para uma arruma-

ção diferente das actividades dos homens, resultante possivelmente de recíprocas afinidades, e essa nova arrumação das coisas, digamos assim, obrigará inquestionavelmente a uma deslocação dos indivíduos.

Que ela se faça lentamente, melhor é, porque se evitarão convulsões que, não comprometendo a sua efectivação, demorarão os seus resultados.

* * *

Entrando no estudo da *Política Internacional* refere-se como ponto de partida aos acontecimentos mais importantes sucedidos nos primeiros quatro meses de 1933, tomando a ponta do fio da *Política do desarmamento* e fazendo tecer a emaranhada teia da sua evolução até à discriminação dos problemas actuais que podem provocar de novo graves conflitos entre os povos.

Ficam cerzidos neste estudo, se bem que sumariamente, os mais palpitantes problemas económicos, monetários e aduaneiros.

Sobre a Política do desarmamento focou claramente o comandante Pereira da Silva a situação inicial das diferentes nações, no princípio do seu estudo, a saber :

Das grandes nações a «Inglaterra e os Estados Unidos, procurando obter uma base de acôrdo entre as grandes nações continentais europeias; a França, mantendo o princípio primaricial da segurança, como necessária garantia para uma política de desarmamento; a Alemanha de Hitler, proclamando o princípio da igualdade qualitativa; a Itália, querendo a prevalência do desarmamento sobre a segurança; as potências menores, receando soluções que as possam impedir de organizar os seus meios de defesa, pela forma que repute mais adequada.»

A propósito das pequenas potências não deixa nunca o comandante Pereira da Silva de exaltar o nome de Portugal, acentuando, e com justa razão, que o nosso país não tem merecido no conceito internacional a importância que, como nação marítima, terceira potência colonial, e pela alta missão civilizadora que realizou e que tem ainda de completar, lhe compete.

É sobre o ponto de vista nacional, patriótico, e em campo já mais restrito o naval, que o trabalho que agora é dado a público pelo comandante Pereira da Silva, tem muito especial interesse.

Nesse primeiro período dêste estudo são mencionados todos os incidentes de carácter geral que em seguida hão-de merecer notória e especial referência.

São êles : o estudo do pacto Briand Kellog, o problema dos efectivos, as preoccupações de segurança, o projecto britânico de convenção do desarmamento, etc.

Vem também uma ligeira referência ao Pacto das Quatro Potências, e o comandante Pereira da Silva arrisca-se a dizer que se não pronuncia contra êste acôrdo e que acredita que «êle poderá exercer benéfica influência no mundo inteiro».

Estamos certos que o autor daquelas linhas já perdeu completamente tôdas as esperanças sobre as possibilidades de beneficio daquele célebre Pacto mas interessante seria que tivesse divulgado todo o seu pensamento quando tinha intenções de se pronunciar contra êle.

* * *

Entramos no período de Maio a Junho (1933) e é notável «a desarmonia na vida de relação dos povos, quanto a estes problemas fundamentais, quando se passa das generalidades ao fundo das questões que motivam as controvérsias».

«A causa basilar da manifesta desarmonia política e moral do mundo é a crise financeira e económica ; cada nação procurando resolver o seu problema nacional, nos seus diversos aspectos, à custa ou com prejuízo do vizinho, ainda que aparentemente revele os mais belos intentos de solidariedade humana.»

Pense-se que interessantes argumentos desabrocham desta anterior citada tese e que são todos referidos e desenvolvidos no estudo do comandante Pereira da Silva.

Veem então imediatamente as grandes preocupações políticas-ocidentais ; «a política do Japão na Mandchúria e o caminho de ferro do leste chinês.»

Na Europa é pôsto em equação o «rearmamento da Alemanha, surgindo as dificuldades do desarmamento e a enérgica reacção alemã».

A êste respeito são referidos alguns comentários do autor, sôbre que, certamente, factos recentes devem ter feito meditar.

Reconhecendo no entanto *razão à Alemanha* e verificada a excitação que a reacção alemã estava provocando, reconhece-se a acção benéfica do discurso do Chanceler alemão Hitler, pronunciado a 18 de Maio, que merece a honra de uma transcrição completa.

A tradução é muito boa, e permitimo-nos frisar esta circunstância, porque costumando ler os discursos do chanceler, nos jornais alemães, por vezes, encontramos dificuldades em compreender certas expressões, que o uso exagerado de vocábulos clássicos torna reservados aos eruditos da língua.

O discurso faz sensação de facto, mas, veem os «debates de Genebra após o discurso, a mensagem de Roosevelt e o pacto das quatro potências e tudo se desfaz pulverizado pela... «definição da agressão política»!!

O autor faz os seus comentários judiciosos, aos quais uma referência detalhada diminuiria a importância. Recomenda-se ao leitor desta desprezenciosa crónica, a leitura dos comentários.

* * *

Mas passaram-se dois meses e a 12 de Junho (1933) outro acontecimento *notável*!!?

A conferência económica e monetária de Londres

«Não posso crer que o homem seja incapaz de utilizar os vastos recursos do mundo de maneira a assegurar o progresso material da civilização»... dizia o Rei de Inglaterra no discurso inaugural daquela conferência, mas, o que é certo, é que desta assembleia, onde estavam representados 64 paízes, com mais de 2000 delega-

dos, saiu a diferença dos dois pontos de vista: o das nações do padrão ouro, e o das nações do de borracha.

O trabalho em questão refere-se e analisa tôdas as circunstâncias desta evolução; descreve a conferência, os princípios e conceitos apresentados, as discussões levantadas, as reviravoltas sucedidas, e como fecho de todo aquele castelo de cartas o estupendo!... programa de Roosevelt de reorganização económica e financeira dos Estados Unidos da América.

Veem agora, como derivantes dêste grande problema base, a crise económica, outros não menos graves incidentes da vida internacional: «a política russa perante as nações capitalistas, a política britânica na Índia, e os problemas do Extremo Oriente».

Suspendem-se as negociações de Genebra sôbre a limitação dos armamentos e começa o «rearmamento naval».

«Os acontecimentos de Cuba» atraem por uns tempos a curiosidade internacional e iniciam-se as conversas na Europa que hão-de provocar as futuras *ententes*.

Faz-se agora um notável trabalho de análise, um «exame geral da situação económica e monetária», com as «razões que impedem as grandes nações de reduzir os seus armamentos».

Seria indispensável, para a compreensão lógica do relato de tôda esta análise, uma transcrição muito completa de tôda esta parte do trabalho que uma crónica não comporta, e, por isso, só faremos referência às mais importantes passagens.

«Falando claro e fora de coberturas diplomáticas, temos que reconhecer que as nações não podem desarmar, na época presente, embora os seus políticos manifestem o desejo de uma grande redução das fôrças militares, navais e aéreas, em obediência a correntes sentimentais da opinião pública, que não convém afrontar. Mas os motivos porque as nações não podem desarmar não são apenas as ameaças alemãs».

«Podem os Estados-Unidos desarmar ou reduzir os seus armamentos navais e aéreos, dado o conflito latente que existe de há muito sôbre os problemas do Pacífico entre a grande nação norte-americana e o Japão?»

«Pode o Império Britânico desarmar perante o poder naval dos Estados-Unidos, que ameaça atingir um grande desenvolvimento pelos motivos já expostos?»

«Pode a Inglaterra deixar de manter a sua supremacia naval no Mediterrâneo, como meio de assegurar as suas comunicações para o Oriente através do Canal de Suez?»

«Pode a França, mesmo com uma Alemanha pacífica, abandonar o seu poder militar, naval e aéreo na Europa, perante a rivalidade com a sua vizinha irmã latina, a Itália, cujos antagonismos estão apenas amaciados ou simplesmente afastados, mas que profundamente existem, quanto aos problemas do Mediterrâneo, Europa Central e norte de África?»

* * *

Mas não só razões de política estratégica impedem as grandes nações de reduzir apreciavelmente os seus armamentos, há também razões morais, políticas, sociais e

económicas, que constituem obstáculos não menores. As razões morais resultam das preocupações de prestígio e de amor pátrio, que dominam as grandes nações, nenhuma delas querendo reconhecer-se inferior a qualquer outra. As principais razões são porém, de carácter político, social e económico.

Se qualquer das grandes potências, fortemente armadas, pretendesse hoje efectivar um grande desarmamento, desencadearia, internamente, uma tão violenta corrente de hostilidade, da parte das forças ocultas para observadores superficiais, que os governos que tal intentassem não teriam longa vida e seriam implacavelmente abatidos.

As indústrias dos armamentos, em qualquer dos seus aspectos — militar, naval ou aéreo — são colossos de potência, realmente grandes poderes do mundo! Dominam na política e na administração, nas suas diversas modalidades: parlamentos, partidos, imprensa, entidades dirigentes, e, individualmente, por meio de hábeis escritores e técnicos, na estratégica e nas organizações militares, navais ou aéreas. Mas a sua influência vai ainda mais longe, atinge também a diplomacia e as relações internacionais, que hábilmente exploram no sentido de criarem a atmosfera propícia ao enorme desenvolvimento dos grandes armamentos, que se traduzem, no mundo das finanças e das indústrias, nos mais formidáveis e lucrativos negócios.

Por outro lado, a crise do desemprego, nas nações que mantêm as grandes indústrias dos armamentos e os grandes exércitos e armadas, seria extraordinariamente agravada se houvesse uma grande redução de quadros permanentes das suas instituições militares e nos seus armamentos.

É preciso notar que a transformação larga das indústrias de armamentos para outras modalidades industriais de não menor volume, adaptadas a exigências de civilização de maior amplitude do que as actuais, não se executaria nem em meses nem em alguns anos — talvez em meio século — e pressupõe, além disso, a existência de um plano geral de remodelação industrial e económica de grande envergadura, bem como uma grande tenacidade no seu cumprimento. Ora, não existe, que saibamos, um tal plano, nem mesmo que êle existisse, haveria a força e a tenacidade para o cumprir.

É oportuno observar que as indústrias dos armamentos são mais propícias do que quaisquer outras para entretenimento e lucro de muita gente. Os navios de guerra tornam-se obsoletos e mesmo inúteis em períodos de tempo não superiores a 20 anos, e, principalmente os submarinos, têm uma vida muito restrita que não excede 14 anos, sendo necessário então dismantelar as unidades das armadas, substituindo-as por outras; a artilharia progride a passos agigantados; as pólvoras propulsoras decompõem-se em períodos de alguns anos, tornando-se necessário queimá-las ou consumí-las. Assim, podemos dizer que êste género de actividade se traduz por fazer, desfazer e tornar a fazer!

É o caso da Penélope, mulher de Ulisses, desfazendo de noite o trabalho da sua tapeçaria que executava durante o dia, para recomeçar na manhã seguinte!

Tais são as razões, quanto a nós, porque as grandes nações não desarmam, mas também não desejam passar como responsáveis pela disputa dos armamentos.

Trata-se agora de um capítulo de especial interesse para Portugal, que é a sua nova situação na Sociedade das Nações.

Não se alegra muito o comandante Pereira da Silva com a eleição de Portugal para o 15.º lugar do Conselho da Sociedade das Nações realizada a 10 de Outubro de 1933, e com esse seu estado de espírito, estamos absolutamente de acôrdo, pois que essa eleição mais do que uma tardia reparação de uma situação injustificável, foi, pode dizer-se, um prémio de consolação.

As judiciosas considerações apresentadas pelo comandante Pereira da Silva a respeito dêste argumento não permitem mais do que esta banal referência, não porque elas não mereçam todo o aprêço, mas sim porque a apreciação do assunto é de maneira a sair fora do âmbito de crítica bibliográfica.

São no entretanto notáveis as seguintes passagens, que, de modo algum, se devem deixar passar sem registo.

«Portugal tem na vida política do mundo uma situação de grande isolamento e não faz parte de nenhum bloco político, como sucede a muito dos nossos competidores. Não julgamos que seja defensável esta nossa tradicional conduta em política externa, de vivermos afastados de quaisquer outras agremiações políticas internacionais que formam blocos para defesa comum, sendo certo que, nos aspectos étnico, geográfico, ideológico, de conformidade de acção, de pensamento e de modo de sentir, nos seria possível fazer parte de um agrupamento marcante e distinto, com influência de relêvo na civilização do mundo, sem prejuízo do nosso prestígio e valor como nação marítima e colonial de larga extensão e de assinalada importância».

«Os exemplos históricos da vida internacional do passado e do presente demonstram que não nos basta, em muitas circunstâncias, a nossa secular aliança com a Inglaterra, com que, só em dadas circunstâncias, favoráveis aos seus interesses ou à sua política, podemos contar. Presentemente pesam mais no espírito do Império Britânico os seus Estados, como o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, ou os seus domínios, do que o prestígio ou as conveniências de uma nação independente e aliada de remota data, como é Portugal.»

Trata-se agora do problema do desarmamento e desenvolvido em todos os seus detalhes de descrições de acontecimentos, incidentes, discursos, controvérsias, concertos, tentativas, acordos, *ententes*, etc.

O comandante Pereira da Silva não deixou de registar o mais pequeno pormenor que pudesse ter a mais leve influência na apreciação ou conclusão de um facto ou de uma hipótese.

Todo êste estudo está polvilhado dos mais curiosos comentários, e todos cheios de impressionantes conclusões resultantes do seu espírito arguto e observador.

Fazer uma descrição completa desta parte do trabalho e da qual se pudesse

apreender a importância, seria quasi transcrever todo o texto, mas a enunciação de alguns dos epítetos dos seus parágrafos, decerto impressionará o leitor desta crónica a saborear a obra do autor. São êles, entre os mais interessantes : as tentativas a favor da redução dos armamentos e sua fiscalização ; os últimos esforços anglo-franco-americanos, com a moderada colaboração da Itália, para um acôrdo sôbre o desarmamento ; o rompimento da Alemanha com a conferência do desarmamento e com a Sociedade as Nações ; as atitudes das potências perante os problemas do desarmamento e das reivindicações alemãs ; a desarmonia franco-alemã ; etc., etc., etc.,.

E todos estes palpitantes argumentos, ainda entremeados com problemas subsidiários de não menor importância e actualidade, como a aproximação Russo-Soviética das nações anti-marxistas, o problema do Sarre e o desarmamento, o problema da Áustria e o interêsse da Itália na sua solução, a política balcânica e o respectivo pacto ; alguns aspectos da política soviética ; etc., etc., etc.,.

* * *

Acaba-se esta primeira parte do estudo sôbre política internacional com um balanço donde se destacam estas últimas apreciações.

«A causa basilar da manifesta desarmonia do mundo, condensando todos os problemas da vida internacional a que nos temos referido, é o intento de cada nação procurar resolver os seus problemas nacionais à custa ou com prejuízo das outras, ainda que revele os mais belos sentimentos de solidariedade universal.

«Na nossa já longa exposição temos tratado dos mais importantes problemas que têm agitado e estão agitando a vida política do mundo, mas parece-nos mais impressivo agora, que estamos chegado ao fim do nosso estudo de política internacional, destacar aqueles que devem ser considerados de maior relêvo no nosso balanço político, podendo ser os germens de graves conflitos entre os povos, a saber :

«A grande revolução económica e monetária dos Estados-Unidos, capaz de provocar um grande desequilíbrio mundial ;

«O problema das revisões territoriais, em referênciã ao tratado de Versailles ;

«A questão do desarmamento, em conjugação com o princípio da igualdade de direitos de tôdas as nações desarmadas pelos tratados, perante as nações vencedoras ;

«A revolução hitleriana, conduzindo à formação de uma potência germânica, com predomínio da idea da raça sôbre a idea da nação ;

«Os problemas da Europa Central e Oriental ;

«A questão do Sarre ;

«O corredor de Dantzig ;

«A expansão japonesa no continente asiático, capaz de provocar uma situação conflituosa com os Estados-Unidos e a Rússia ;

«O afastamento da Alemanha da Sociedade das Nações e da Conferência do Desarmamento, em consequência das discordâncias sôbre o problema do desarmamento ;

«A recrudescência dos armamentos navais e aéreos das principais potências, não

obstante os seus desejos teóricos em favor do desarmamento geral, no sentido duma redução até um nível tão baixo quanto possa ser, o contrário do que está sucedendo com os novos armamentos;

«O rearmamento da Alemanha que parece ser já um facto consumado. Todos êstes problemas são, na realidade, factores de guerra, embora atenuados com várias tendências de aproximações pacíficas, que só com muita habilidade, competência, tacto e tempo se podem ajustar, sem eclosão de conflitos internacionais.

«Feito êste balanço da política internacional com o qual fechamos as nossas considerações relativas a esta parte do nosso livro, fazemos votos para que o futuro seja mais prometededor para garantia da paz do mundo, de que depende a estabilidade, a ordem, o trabalho e o progresso dos povos.»

* * *

Entramos agora na segunda parte do livro *A Política Naval* começando o seu autor por precisar o «significado do poder naval» em geral, e em especial em relação a cada uma das mais fortes potências marítimas.

Aparecem então bem explicadas e justificadas: as expressões «*One-Power-standart*» e «*Two-power standart*» como representativas do objectivo político-militar naval da Inglaterra, com a exemplificação prática da efectivação dêsses conceitos políticos dentro da realização do material naval; a expressão «*Not be second to none*» a respeito dos Estados-Unidos da América é igualmente explanada com os motivos porque os mais notáveis homens públicos dessa Nação a proclamaram.

Muito a propósito de todos os pontos de vista que a superioridade naval implica à roda daquelas expressões, é ventilada a origem do partido do «*Big Navy*» e detalhada a sua significação, alcance e estado actual.

Naturalmente não se deixou de referenciar a *Política naval do Japão* e as *ri-ualidades franco-italianas*.

É notável um capítulo que trata das «posições estratégicas e as bases navais, seus significados políticos em conjugação com as comunicações marítimas», em referência às principais nações marítimas, e com uma cópia da conhecida carta norte-americana onde se divisam tôdas as bases marítimas da Inglaterra, América e Japão.

O programa naval português

O programa naval português é também objecto de uma larga referência começando por estabelecer as unidades navais e suas características, que constituem êsse programa, distribuído pelas suas fases de construção.

Para justificar êsse programa apresenta o autor a razão de ser da nossa política naval, mostrando o seu *carácter estratégico* justificado pelo *nosso tráfego marítimo*.

Marinha mercante, linhas de navegação nacionais, estatísticas de exportação e importação são estudos complementares que são apresentados neste argumento.

Não esqueceu o comandante Pereira da Silva de se referir à maneira como foi «preparada a opinião pública e o meio naval a favor do ressurgimento marítimo», com a indicação das principais individualidades que a esta propaganda deram a sua valiosa colaboração.

* * *

Como corolário de tudo o que se disse até aqui, vem como lógica consequência o estudo e análise da *política naval do mundo* e êste assunto é argumento de um longo capítulo da obra que se está a criticar, importante não só pelo seu próprio valor, mas muito especialmente pela *inconfundível* influência que pode ter na vida portuguesa.

Começa então o autor por encarar os factores que dominam essa política, para o que faz um bosquejo histórico da sua evolução, apresentando primeiramente «os teatros da luta marítima condicionados pela geografia», seguidos de uma análise da «política do velho e do novo mundo», com uma descrição minuciosa do material naval que dá efectivação a êsses objectivos.

Termina esta segunda parte do livro com um capítulo que trata :

Conclusão : os aspectos actuais do poder naval

«Podemos aqui acentuar que a pretensão de limitar os armamentos não se baseia em princípios de justiça universal ; é apenas um jôgo político em favor das pretensões peculiares de cada nação. Assim sendo, nem praticamente se elimina a disputa de armamentos nem se afasta a ameaça de novas guerras.»

Tais são as palavras que se contêm nas conclusões da segunda parte e que infelizmente representam a dura realidade da vida.

E não se diga que a guerra é uma consequência e uma finalidade das organizações capitalistas ou burguesas, pois ela representa a razão suprema da vida, do mais forte a dominar o mais fraco.

Variadas são as considerações apresentadas pelo comandante Pereira da Silva nas referências e análise da política de cada uma das nações marítimas, com a evolução do seu poder naval, função da época, da sua política particular, e das relações internacionais.

Inevitavelmente e como determinante da política, deve-se descrever a fôrça das armadas, e, para o estudo dêste particular, o autor foi colher elementos às mais variadas e ótimas fontes.

Revistas, relatórios, livros, etc., e até os orçamentos das marinhas, com os resultados das discussões parlamentares, forneceram dados para a compilação das suas conclusões.

Acessória mas muito acertadamente, são referidos «o problema dos navios de batalha na época actual, o problema dos cruzadores, a influência da aviação marítima na política naval, o poder militar naval dessa aviação», o que constitui o fecho desta segunda parte.

* * *

A terceira parte, «a concretização da política naval na época presente em diversas nações marítimas» contém a descrição detalhada de cada um dos programas dos diferentes países com a enumeração das principais unidades navais que cabem dentro desse programa, suas características e objectivos militares que realizam.

Começa por Portugal, referindo-se aos avisos de 1.^a e 2.^a classe, e mostrando a sua razão de ser no programa naval português.

A respeito da nova flotilha diz o autor :

«O conceito fundamental, segundo julgamos, pelo muito que se tinha escrito e falado sobre o tipo de contra-torpedeiros que convinha à nossa política naval, devia ter sido este :

«Nós não podemos dispor dum grande número de cruzadores, talvez não mais de dois ; portanto, é preciso que os nossos contra-torpedeiros sejam individualmente tão poderosos quanto possível, para que, além de desempenharem as suas naturais funções como unidades de flotilha, possam também, em várias circunstâncias, desempenhar o papel de cruzadores. Ao mesmo tempo é necessário que os nossos contra-torpedeiros possuam uma grande autonomia, para que se possam deslocar facilmente até às regiões marítimas de além-mar, para defesa dos nossos interesses e marcar posições políticas, em que a presença de uma flotilha ligeira, composta de unidades de apreciável valor, pode revestir uma grande importância.»

E indica em seguintes comentários a razão da adopção dos novos contra-torpedeiros, com o motivo justificativo da determinação das suas características.

Segue-se o Brasil com o seu *novo programa naval*, a saber :

- Dois cruzadores ;
- Nove contra-torpedeiros ;
- Quatro submarinos de esquadra ;
- Dois submarinos mineiros ;
- Seis navios varredores ;
- Três navios tanques ;
- Dois diques fluctuantes ;
- Duas cabreas.

Em capítulos sucessivos, estudam-se os programas navais dos Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Itália e Japão.

* * *

Eis numa resumida crónica de revista, uma referência rápida e superficial à compilação dos estudos que o comandante Pereira da Silva, justificadamente designou por *Política Internacional e Política Naval* e que constitui um notável conjunto de elementos, absolutamente necessários para quem deseje ligar os acontecimentos políticos passados, com os que se devem vir a desenrolar num futuro próximo.

Permitimo-nos pois recomendar ao leitor desta modesta crítica, caso se interesse pela vida internacional, que não deixe de fazer uma leitura atenciosa desta obra, e certamente acordará no alto preço em que é tido o seu autor, especialmente na Corporação da Armada, onde além de tôdas as suas qualidades de fino carácter, e entusiástico amor pela sua profissão, demonstradas na sua longa carreira, a presente obra é prova da sua invulgar cultura.

* * *

O livro, grosso volume de cêrca de 400 páginas, é editado pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Em *testemunho de aprêço e reconhecimento* o autor em uma primeira dedicatória consagra o seu trabalho a essa *prestigiosa Liga*; na página seguinte lembra com desvanecimento a obra de seu filho, o Dr. Fernando Pereira da Silva, em Genebra; em especial no de colaboração com Mr. J. M. Yepes.

O Dr. Hernani Cidade, presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, numa explicação prévia sôbre o trabalho em questão, referindo-se ao seu autor diz:

«Mas certissimamente que ninguém deixará de seguir com vivo interêsse o depoimento duma inteligència penetrante, clara, atenta e documentadíssima, perante problemas e realidades que de há muito vem estudando com a sua ansiosidade de português e de homem.»

O abaixo assinado a quem a amizade que o liga ao comandante Pereira da Silva não permite lisonjas, faz suas as palavras do Dr. Hernani Cidade.



Condições de Assinatura

DE

Vida Contemporânea

3 meses.....	15\$00
6 meses.....	30\$00
1 ano.....	60\$00

PAVILHÃO PORTUGUÊS

PARQUE
MAYER

Cinema Sonoro
e
Variedades

AO AR LIVRE POR

1\$60

Com entrada
livre no

Parque e Pavilhão

Tôdas as noites

Programas novos

O recinto mais
elegante do

PARQUE
MAYER



O local mais aprazível de Lisboa

MANNHEIMER V. G.

Antes de fazer os seus seguros
peça as nossas condições

A economia obtida
compensar-lhe-á
o tempo que despendeu
com a sua consulta

Largo Barão de Quintela, 11, 2.º — LISBOA

TELEFONES 2 3533 e 2 4464

Empresa da Fiação e Tecidos de Benfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE } Benfica } 320
 } P. B. X. } 321

Porto Covo & C.^a

BANQUEIROS

**Correspondentes nas principais
praças do País e do Estrangeiro**

Efectuam-se tôdas as operações bancárias

Rua do Ouro, 175 a 191 - LISBOA

TELEFONES 2 4161-2 4162

PEREIRA DE MATOS & F.^{LHO} L.^{DA}

FÁBRICA DE LANIFÍCIOS

TORTOZENDO

E. E. de Souza & Silva, L.^{da}

CASA FUNDADA EM 1819

Gravura em todos os géneros, carimbos de metal e de borracha ; chapas esmaltadas em tôdas as côres ; chapas de metal ; selos em branco ; etiquetas ; alicates para selar a chumbo ; carimbos para marcar roupa ; anéis em aço e ouro, com monograma ; braços ; datadores ; numeradores ; caixas com tipo de borracha ; emblemas para sport e muitos artigos de novidade

Exposição permanente de lindos bordados da Madeira
Variado sortimento de louças artísticas
da fábrica do Outeiro — ÁGUEDA

Trabalho esmerado garantido e preços sem competência
— A mais antiga casa de Portugal no género —
RUA DO OURO, 157

A venda em tôdas as livrarias

DITADURA, DEMOCRACIA
OU COMUNISMO?...

POR

CUNHA LEAL

DEPOSITÁRIOS :

LIVRARIA BERTRAND

RUA GARRETT, 73-75

TELEF. 2 0535

LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS

« T A G U S »

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200 000\$00 CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500 000\$00 FUNDOS DE RESERVA ESC. 4:000.000\$00

SÉDE NO SEU PRÉDIO
48-Rua do Comércio-56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. teleg. SGUTAGUS - LISBOA

Efectua: SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS, AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modalidades), POSTAIS, GRÉVES, E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras esterlinas e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas principais terras do Continente, MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

C. VINHAS L.^{DA}

Escritório e sede:

Rua dos Correeiros, 29, 2.^o
Teleg. TELHEPA — Telef. 2 0600

Armazém:

Rua do Açúcar, 105
— Telefone P. B. 32 —

**Vinhos para exportação
das melhores procedências**

Cardial Fine — Finíssima
aguardente velha, rivalizando com
os melhores conhaques estrangeiros

OS ARMAZENS

— GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
OS MAIS IMPORTANTES
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

Apresentam sempre

DISTRIBUIDOS 72 SECÇÕES
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

A. D'ANDRADE & C.^A

== EXPORTAÇÃO — IMPORTAÇÃO ==

Metais novos, minérios, sucatas de ferro forjado, fundido e metais. Placas d'acumuladores. Terras e resíduos metálicos. — Estamos sempre interessados na compra de oficinas completas, máquinas, ferramentas, automóveis, camions e navios para demolir. No próprio interesse de compradores ou vendedores dos artigos da nossa especialidade, agradecemos que consultem a nossa Casa antes de fazerem qualquer transacção. Compra de sucatas de metais provenientes de África

Rampa dos Marinheiros (Em frente da estação de Alcântara-Mar)

LISBOA

Dirigir toda a correspondência ao Telef. 2 2497 — Apart. 168

FIBRO CIMENTO NACIONAL

« LUSALITE »

Tubos de 50 a 400^{mm} de diâmetro anterior
resistência até 25 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Mercantil Portuguesa, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 2 3948 e 2 8941 —

LISBOA

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2 3188

Telegramas: APINO

Moedas e Notas Estrangeiras – Papéis de Crédito
— Coupons Nacionais e Estrangeiros —

103, Rua Áurea, 105 – LISBOA

Companhias Reunidas

GAZ E ELECTRICIDADE

APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DO GAZ

Fornos para recozer

Fornos para temperar

Fornos para galvanizar

• • • • •

Orçamentos e montagens

R. da Boa Vista, 31 – LISBOA – Telef. 2 0011

SAPATARIA CONTENTE, L.^{DA}

Calçado de grande luxo

Calçado de praia

Calçado de sport

R. do Carmo, 74. Tel. 2 4871 — Av. da Liberdade, 120. Tel. 2 4872

À venda em tôdas as livrarias

A TÉCNICA E AS TRANSFORMAÇÕES

— SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS —

POR

CUNHA LEAL

DEPOSITÁRIOS :

LIVRARIA BERTRAND

RUA GARRETT, 73-75

TELEF. 20535

LISBOA

Barros & Santos, L.^{da}

RUA DO CARMO, 70

Liquidação
forçada para
pagamento
aos credores

BANHOS DE S. PAULO

ÁGUA MINERAL DO ARSENAL DE LISBOA

A mais mineralizada e mais sulfidricada de tôdas as águas mineralizadas

Água fria hipersalina, sulfidricada, cloretada, mixta (sobretudo sódica), sulfatada cálcica e magnesiânica, levemente bicarbonatada mixta (sobretudo cálcica). Além disso é muito brometada, iodetada; ligeiramente fluoretada, silicatada, litínica, férrea, etc. E' uma água de composição química muito complexa, notável pela grande variedade dos seus elementos e bacteriológicamente pura (Ch. Lepierre).

Empregada na cura do reumatismo, gota, nevralgias, asma, bronquites (faringites), rinites, doenças das senhoras e da pele, sífilis

Massagens médicas, geral e debaixo de água. Ginástica respiratória, correctiva das deformidades da coluna vertebral e do busto, mobilização metódica, etc. Novas instalações: Duche escocês. Duches sub-aquáticos. Massagens debaixo de água. Banhos carbo-gasosos. Inalações. Pulverizações. Irrigações nasais

Directores-Médicos { **Dr. José Manuel Ribeiro**
Dr. Jaime Moreira de Carvalho

◆ RAÚL ◆

RAÚL PEREIRA

●
Jóias e Pratas
●

R. DA PRATA, 199, 3.º D.

LISBOA Telefone 2 8862

IMPRESA LUCAS & C.^A

CASA FUNDADA EM 1850

◆
Composição e impressão
de Livros e Revistas

Trabalhos comerciais
em todos os generos

◆
R. DIARIO DE NOTÍCIAS, 61

LISBOA

TELEFONE 2 1469

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

S. A. R. L.

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar),
Penedo e Casal Ermio (Louzã), Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

Premiada em tôdas as Exposições a que tem concorrido :

Medalhas de Ouro — Exposição Universal de Paris de 1900,
Universal dos E. U. do Brasil de 1908 e Industrial Portuguesa de 1929

Execução rápida de papeis em todos os géneros,
tendo sempre em armazém papeis para tôdas as applicações

Especialidade em papeis de máquina con-
tinua, de escrever, impressão, manilhas,
afiches e imitação de «Couché»; Papel de
côr para capas; Papeis de embrulho; Pa-
pel Kraft; Vegetal; Papelão palha; Pa-
peis de máquina redonda, almaços, Leor-
— : — : — nes, mezenas, etc. — : — : —

À venda em todos os estabelecimentos de papelaria e armazens



Escritório e Depósito : SÉDE

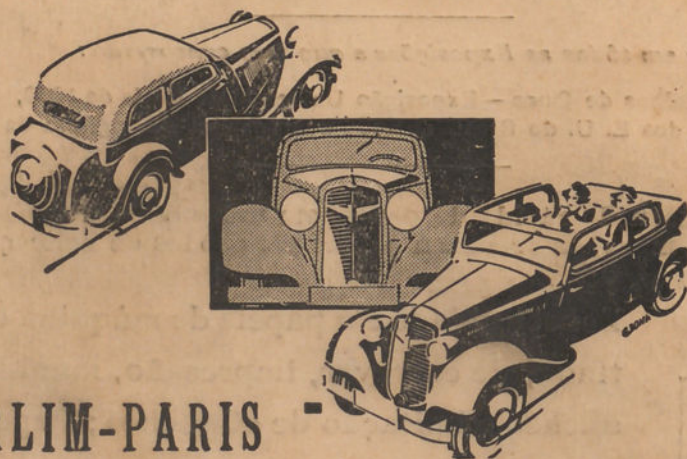
Rua dos Fanqueiros, 270 a 278, 2.º — LISBOA

Rua Passos Manuel, 49 a 51 — PORTO

Telefones { DIRECÇÃO 2 3623 — ESCRITÓRIO 2 2331
 { ARMAZEM 2 2332 — DO ESTADO 188

PREFIRA

ÊSTE CARRO...



BERLIM-PARIS -

1095 km. em 17 horas e 5 minutos

Conseguiram esta extraordinária proeza o sr. GUI-
LHERME e a sr.^a LOTTA BAHR num Adler Trumpf
Junior cujo preço é de Esc. 25.950\$00

ADLER **TRUMPF** **JUNIOR** Em
exposição

50 - AV. DA LIBERDADE - 52

Representantes dos Automóveis **ADLER**

Livraria
Bertrand